



AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA ASSEMBLEIA DISTRI TAL DE AVEIRO

NÚMEROS

34/35
1985

FL
908
149

AVEIRO E O SEU DISTRITO

SERVIÇOS DE CULTURA
OFERTA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE

DA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA

*



Número avulso

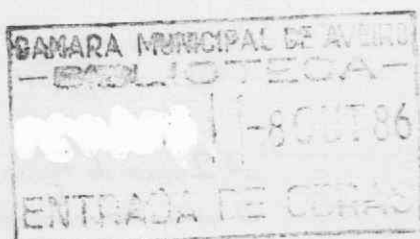
*A Direcção da Revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

AVEIRO
MUNICÍPIO
DISTRITO

SECRETARIA DE CULTURA
BIBLIOTECA DA CÂMARA MUNICIPAL

PROTECTORADO
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL

bibRIA



Aveiro e a Cultura

— UM FUTURO POSSÍVEL

Aristides Hall

É axiomático que um bom edifício só pode manter-se de pé se for construído sobre bons alicerces. É meu objectivo fazer aqui um exercício sobre a aplicabilidade desse axioma, à viabilidade de se transformar Aveiro num importante centro de cultura no decurso do próximo quarto de século.

No meu entendimento, é adequado analisar as coisas de cultura em dois aspectos que, apesar de intrinsecamente diferentes, são interdependentes e complementares. Um deles é todo o património cultural que existe na cabeça das pessoas. O outro é o que existe fora dessas cabeças, isto é, as infraestruturas da cultura.

O primeiro tipo de património é o que se exprime nos hábitos de vida, na maneira como as pessoas lidam com o meio que as cerca e com os vizinhos, nos engenhos que sabem materializar para gerir, desenvolver ou usufruir dos recursos naturais, na forma escrita ou verbal com que exprimem o seu pensamento, na forma, na cor ou na estrutura com que procuram transmitir as suas sensações, nas estruturas em que se organizam para resolver os seus problemas colectivos, na malha social que sabem criar e manter operante.

O segundo tipo de património tem a ver com as escolas, as bibliotecas, os museus, os instrumentos, a arquitectura urbana, os parques naturais, as reservas da natureza e toda a sua diversidade genética, as paisagens protegidas, as próprias facilidades de recreio, lazer e contacto com a biosfera, com as quais se criam os ambientes propícios para uma vida fisicamente saudável e mentalmente estimulante.

Não é minha intenção olhar para o património cultural de Aveiro, e quero com isso dizer da região de Aveiro, do primeiro ponto de vista.

Deixo esse exercício a pessoas cuja formação de base lhes dê uma compreensão mais alargada dessa realidade do que aquela que a minha experiência técnica me permite. Não se conclua do que acabo de dizer que me considero suficientemente qualificado para ana-

lisar o outro lado da cultura, ou do seu potencial, numa região tão vasta e, na minha visão, tão rica como a nossa.

Se tenho o atrevimento de me propor escrever sobre isso, é porque, tendo uma profissão que mexe com essas coisas, me preocupo com elas, tenho opinião própria sobre elas e entendo ter mais obrigação do que muitos outros de propor que se pense sobre esse assunto e de estimular os outros a criticarem o que eu tenho para dizer.

O conceito que lhes vou propor para reflexão é muito simples e pode ser expresso desta forma sucinta:

Aveiro tem potencial para, dentro de um quarto de século, ser um grande centro de cultura. Para que o seja só é preciso que nós o queiramos.

Referirei seguidamente alguns exemplos da evolução que, a meu ver, poderiam ter alguns dos componentes da infraestrutura da cultura da nossa região. Começarei pelo sistema educativo.

Na região de Aveiro estão instalados e em funcionamento estabelecimentos de todos os níveis do sistema educativo:

pré-primário, primário, preparatório, secundário, politécnico e universitário, havendo também, além disso, o ensino artístico e o ensino vocacional.

Neste subsector da cultura há um esqueleto onde já estão representadas todas as peças, mas que não está ainda completo nem em funcionamento harmonioso e eficiente. É preciso completá-lo.

É uma realidade da nossa organização administrativa que o sistema educativo é concebido e gerido centralmente. Não devia ser assim.

Ao governo central deveria ficar cometida apenas a função de definir as metas e os critérios, de fiscalizar a implementação desses critérios e de ajudar o poder regional e local a remover os obstáculos que porventura impeçam o alcançar das metas. As populações deveriam

ser dadas maiores responsabilidades na escolha das prioridades e na organização dos meios necessários à sua satisfação.

Observe-se como a aplicação desses dois conceitos diferentes dos mesmos problemas daria resultados completamente diferentes.

1.º exemplo: a educação pré-primária.

Sistema actual: É ao ME que compete construir e equipar os edifícios, fornecer os docentes e custear as despesas de funcionamento da educação pré-primária. Os estabelecimentos são, pois, localizados segundo um conceito de territorialidade, isto é, cada um dará cobertura e procurará satisfazer as necessidades da população residente numa dada área. E como o orçamento do ME não é suficiente para suprir todas as necessidades, a instalação da malha pré-primária do sistema educativo está atrasada. Não há escolas que cheguem. Talvez seja mais correcto dizer-se mesmo que não há escolas para ninguém.

Como pode, então, ser resolvido o problema dos funcionários de uma instituição qualquer, uma fábrica ou a Universidade de Aveiro, por exemplo, que vivem nas mais variadas terras, onde não há educação pré-primária, que tem a responsabilidade de educar as suas crianças, mas que têm de passar o dia inteiro a trabalhar nos seus empregos, supunhamos que na sua Universidade?

No sistema actual, a resposta é simplesmente esta: o problema não pode ser adequadamente resolvido. As crianças são deixadas a amas das mais variadas (normalmente insuficientes) vocações e aptidões e os pais, no fim de cada dia, têm que ir a correr buscar os seus filhos porque há uma hora fixa a partir da qual a ama fecha a porta. Muitas vezes, isso é feito com prejuízo do seu trabalho na instituição, o que se reflecte nas perspectivas de progresso nas suas carreiras profissionais.

Vejamos agora, como poderia ser resolvido o mesmo problema numa perspectiva de descentralização.

Para que fiquem claras, recapitem-se as permissas subjacentes ao sistema descentralizado.

- a) — O ME teria definido os objectivos a serem atingidos através da educação pré-primária, os critérios de verificação do funcionamento e rendimento do sistema, a comparticipação financeira que caberia ao governo central e às outras partes interessadas e as condições e critérios segundo os quais essas comparticipações seriam concedidas.
- b) — O ME teria definido oportunamente as qualificações desejáveis das educadoras de infância e os critérios de acreditação de tais profissões

nais, isto é, os estudos, as provas, os diplomas, a experiência profissional, as qualidades morais, etc. que elas deveriam satisfazer e como.

- c) — A iniciativa privada ou, na falta dela, o próprio ME teria em funcionamento instituições de formação de educadoras de infância que, supostamente, preparariam as profissionais que satisfariam os tais critérios de acreditação. Efectivamente, está criada já em Aveiro uma tal instituição, que é o Centro Integrado de Formação de Professores da Universidade de Aveiro, o CIFOP. Portanto, haveria no mercado educadoras de infância qualificadas que poderiam ser recrutadas.
- d) — As instituições locais, neste caso, a autarquia e a própria Universidade, sabiam que era sua obrigação contribuir para a solução do problema e teriam inscrito no seu orçamento privativo verbas destinadas a esse fim, satisfeitos que fossem certos critérios acordados democraticamente dentro da própria instituição.
- e) — Os pais sabiam que lhes cabia a eles contribuir financeiramente e mesmo fisicamente, para a solução do seu problema.

Faça a tais permissas que poderiam fazer os pais interessados? Organizar-se-iam numa associação de pais, desenvolveriam através da sua associação os esforços necessários para que nas vizinhanças do campo universitário, ou até dentro dele, fossem preparadas as instalações de uma escola pré-primária, as quais, se satisfizessem os critérios de qualidade estabelecidos, receberiam ajuda financeira do ME, da autarquia e da própria Universidade, recrutariam uma educadora de infância qualificada e poriam a escola a funcionar. As despesas de funcionamento seriam suportadas principalmente pelos pais, como seria lógico, mas, satisfeitos que fossem os objectivos e os critérios de qualidade estabelecidos pelo ME, até parte do funcionamento seria susceptível de ser financiado por fontes externas à associação de pais. E o espírito associativo assim actuante resolveria também o problema dos pais cujo trabalho profissional se prolongasse para lá do termo do horário de trabalho da educadora de infância. É que seria possível organizar uma escala diária de «pais de serviço» que garantiria a presença na escola de um casal de pais que entraria de serviço quando saísse a educadora e se manteria lá até uma hora que fosse acordada como conveniente. Eu vi um sistema destes a funcionar em Albany, que é um campo residencial da Universidade da Califórnia, Berkeley, em cuja creche havia de serviço, até à meia noite, todos os dias, um casal de pais, estudantes postgraduados, que cuidavam dos seus

filhos e dos seus colegas enquanto estes continuavam a trabalhar pela noite dentro nos seus projectos de investigação.

Qual foi o meu objectivo ao descrever, com tanto detalhe, este problema, que muitos acharão menor, da educação pré-primária? Eu direi que foi duplo.

Em primeiro lugar, foi pôr em evidência que não existe ainda na região de Aveiro, uma malha adequada de instituições de educação pré-primária e que, com a actual organização administrativa, ela não vai aparecer.

Ora se se falar sobre esse tema com as pessoas entendidas nas coisas da educação, elas dirão que a fase pré-primária do desenvolvimento da criança é uma fase muito importante, alguns dirão mesmo decisiva, para o sucesso da aprendizagem, da formação da personalidade e da aculturação de qualquer pessoa.

Seremos então levados a concluir que é grave, em termos do enquadramento das expectativas de sucesso da geração dos nossos filhos, a manutenção da estrutura e dos condicionalismos que hoje constantamos existirem.

O segundo objectivo acima referido, foi realçar um outro aspecto do problema, que é este: Será que esta situação é mesmo inelutável?

Leiamos de novo, se necessário, o que escrevi sobre a educação pré-primária. Não será verdade que, se nós quiséssemos, e sem precisarmos de muitas mais decisões do Senhor Ministro, podíamos tomar o problema nas nossas mãos e resolvê-lo, mais ou menos nas linhas gerais que foram indicadas, ou noutras equivalentes, porventura até melhores, sem ficarmos aqui parados à espera que o ME ou a Câmara ou quem quer que seja resolva o problema por nós?

A minha resposta à pergunta anterior é, obviamente, que sim.

Reportando-me ao título deste artigo, resumiria afirmando que, em termos do particular factor cultural que discuti, há um futuro possível que é melhor que o que aquele que muitas pessoas pensam. Mas esse futuro tem um preço. Um preço que não é pago em escudos ou em ecus, mas sim em interesse, em envolvimento mental e físico das pessoas; um preço que está fora das posses daqueles que preferem continuar sentados seguindo deliciados e descontraídos dos seus programas preferidos de TV.

2.º exemplo: o ensino politécnico.

Sistema actual: existe em Aveiro uma escola superior de contabilidade e administração de empresas ISCAA, que confere o grau académico de bacharel, mas que, desde há muitos anos, aspira a poder evoluir e conferir também o grau de licenciado, transformando-se assim numa instituição de ensino universitário. Os mem-

brs dessa instituição têm-se esforçado por conseguir atingir os seus objectivos junto de sucessivos governos, sempre sem sucesso. E, aparentemente, a instituição está estabilizada como um nó de malha nacional do ensino politécnico.

Não é minha intenção discutir se a pretensão é justa ou adequada. Quero apenas deixar à consideração do leitor qual poderia ter sido o resultado, se se tivesse experimentado um outro método.

Sistema alternativo.

Quais são agora as permissas em que se deve basear a análise do sistema alternativo:

São as seguintes:

- a) — É um postulado de qualquer sistema educativo que aos professores de um dado nível deve ser dada formação a um nível mais elevado. Portanto, bachareis poderão ser formados por licenciados, mas os licenciados deverão ser formados por pessoas que, no mínimo, tenham o grau de mestre. É tradição das Universidades, e agora é lei, que os seus professores tenham formação equivalente à de doutor. Um corolário desta filosofia é que, para poder conferir licenciaturas, o ISCAA precisaria de ter professores doutorados.
- b) — A magreza dos orçamentos das instituições de ensino em geral certamente que também se fez sentir nos sucessivos orçamentos do ISCAA de tal forma que essa instituição, ainda que o desejasse, se teria visto impossibilitada de dar aos seus docentes oportunidades e facilidades para eles poderem desenvolver os estudos sem os quais lhes não seria possível a obtenção do grau de doutor. Estar-se-ia, pois, numa situação típica de ciclo vicioso. Mas admitamos que estamos preparados para aceitar uma permissa adicional.
- c) — A região deve contribuir, financeiramente se necessário, para a solução dos seus próprios problemas. Com esta permissa o problema tem solução imediata.

Se o ISCAA deseja conferir formação ao nível de licenciatura porque os empresários da região não encontram graduados a esse nível em número suficiente para satisfazer as suas necessidades e, por isso, eles têm que ser formados pelo ISCAA, então esses mesmos empresários poderiam facilmente, por cotização voluntária, criar um número suficiente de bolsas de estudo para que, num período razoável de tempo, uma fracção adequada de docentes do ISCAA já fosse formada por doutorados.

Se o problema não fosse esse, mas antes o de os graduados do ISCAA desejarem ter o estatuto social e remuneratório de licenciados, então seriam os próprios graduados do ISCAA, já empregados, a cotizarem-se ou a arranjamem, por qualquer outra forma, as bolsas de estudo que referi no parágrafo anterior.

Eu não tenho a menor dúvida de que, se a estrutura docente do ISCAA ultrapassasse o mínimo de quantidade e qualidade estabelecido na lei para a formação de um departamento universitário, seria extremamente difícil a qualquer Ministro da Educação negar sistematicamente a pretensão que o ISCAA insistentemente lhe apresentava.

Com os dois exemplos que referi quis pôr bem em evidência que o sistema educativo de Aveiro pode ser melhorado, pela própria iniciativa e dinâmica das gentes e das instituições locais, para servir de suporte à pretensão que o título deste artigo apresenta: transformar Aveiro num grande centro de cultura antes que seja passado um quarto de século.

Ligado ao problema da dimensão e estrutura da malha escolar, está um outro problema não menos importante que é o de se conseguir optimisar o uso de toda essa infraestrutura.

Nesta região, os estabelecimentos de ensino são usados, quase exclusivamente, para o ministério do ensino oficial, aos diversos níveis.

Raros são os casos em que esses estabelecimentos são usados à noite e, à excepção dos ginásios onde os membros dos clubes desportivos praticam activamente as diversas modalidades e a ginástica de manutenção, as restantes salas são quase exclusivamente usadas para repetir os cursos oficiais do ensino preparatório e secundário que são normalmente ministrados de dia.

É preciso alterar esta situação. Temos que organizar-nos por forma que, além das actividades desportivas, outras actividades culturais aperçam a ocupar as horas de laser e os tempos livres. Há uma profusão de temas que podem ser oferecidos em cursos livres para jovens, adultos e idosos e podem funcionar em paralelo com os cursos formais do ensino oficial.

Quando eu residia em Ealing, na região oeste de Londres, no Ealing Technical College, frequentava à noite, 2 horas de cada vez em dois dias da semana, um curso de inglês para estrangeiros.

Ao mesmo tempo havia cursos sobre as coisas mais variadas, todas elas ligadas a aspectos interessantes da cultura ou interesse dos ingleses, coisas como, aprender a tocar instrumentos, tácticas das grandes batalhas, armas de fogo, decoração de bolos, arranjos de flores, línguas estrangeiras, iniciação a certos desportos, como o badmington, o golf e o florete, técnicas de miniaturização, controle automático de modelos, enfim, havia um livrinho cheio de opções por onde escolher.

E em Lourenço Marques, a dada altura, uma iniciativa do Clube Militar que organizou cursos de laser para senhoras, que funcionavam depois das 21h e incluíam assuntos como arranjo de flores, receitas de cozinha, rendas, bordados, ginástica e coisas desse tipo, foi um estrondoso sucesso.

Nada nos impede de fazer coisas semelhantes. Temos todos os graus de ensino, logo temos professores de uma enorme variedade de assuntos. Temos uma comunidade rica em experiências, que incluiu técnicos estrangeiros, que inclui pessoas viajadas, que inclui pessoas que lêem. Só nos falta a organização.

Eu sei que o Governo está agora a pensar experimentar com o conceito de academia. É um conceito com um enorme potencial, se for utilizado na perspectiva da descentralização. Com base nele seria possível gerir toda a estrutura educacional de uma dada região, com uma única autoridade regional, largamente autónoma, que optimisaria o uso da infraestrutura e a distribuição dos recursos vindos dos orçamentos nacional e regional e dinamisaria a comparticipação voluntária das empresas, das pessoas e das suas associações.

Mas não podemos ficar à espera que o conceito de academia ganhe corpo. Vai levar anos a consolidar-se e é que, entretanto, porque muda o Governo ou por qualquer outra razão, o conceito não vai cair no mais completo esquecimento.

Portanto, temos que ser nós a organizar-nos e a fazer aparecer uma actividade cultural variada que nos permita ocupar os nossos serões a ouvir coisas interessantes e a aprender técnicas úteis. O Conservatório de Música de Aveiro dá-nos um excelente exemplo do que se pode fazer com um único tema, a música. Podemos multiplicar esse exemplo um sem número de vezes.

Quando comecei a escrever este artigo tencionava referir-me a todo o conjunto das instituições corpóreas da cultura. Até agora só escrevi sobre as escolas e apenas consegui dizer uma fracção do que pretendia.

Não vai, pois, ser possível escrever, como gostaria, sobre todas as outras instituições. Talvez que outras pessoas se sintam estimuladas a fazê-lo. Muito há a meditar sobre as instalações das bibliotecas Municipais e sobre o acesso do público às bibliotecas escolares, incluindo as da Universidade. Outro tema apaixonante, e de pungente actualidade, é discutir em que medida se podem usar fundos da CEE para melhorar a malha urbana da zona histórica da cidade, à semelhança do que acaba de fazer Glasgow, no Reino Unido. Ou o programa de suporte da CEE à preservação do património histórico, através do qual se podem obter gratuitamente 50 % das verbas necessárias para recuperar os nossos monumentos. Ou o apoio da UNESCO e do MAB para o estabelecimento e expansão qualitativa de zonas

naturais protegidas, tal como se perspectiva que aconteça com o Paul da Arzila, perto de Taveiro, que, muito provavelmente, irá ser tornado património da nação. Mas, apesar de deixar todos esses assuntos de lado, há um tema que gostaria de tratar com algum pormenor. São os Museus.

Não sou versado em museologia nem tenho lido muito sobre esse assunto. Poderá parecer estranho, portanto, que me proponha escrever sobre museus. Mas não é. E não é porque tenho visitado inúmeros museus ao longo da minha vida e não resisto à tentação de referir aqui, um pouco da experiência assim ganha e usar esta oportunidade para convidar os que me lerem a reflectirem sobre duas ou três propostas que gostaria de fazer.

Vou deixar de lado o Museu de Santa Joana porque esse já existe, já funciona (se bem ou mal poderá ser uma questão de opinião), já está institucionalizado. Aceitamos, sem discussão, que o Museu de Santa Joana presta um contributo valioso à cidade como centro de cultura.

Mas há outros Museus que é possível pôr a funcionar, que ficam tão bem ou melhor aqui do que em qualquer outro ponto do país e que fariam de Aveiro um ponto obrigatório de passagem e de visita para jovens e adultos, para nacionais e para estrangeiros.

São eles o Museu de tecnologia, o Museu de etnografia e o Aquário.

Museu de tecnologia.

Temos na cidade o excelente exemplo da arquitectura industrial do início deste século que é a Cerâmica Campos.

Curiosamente, enquanto escrevia este artigo, vi um dos episódios de uma série televisiva produzida pela Companhia Britânica GRANADA, e mostrada na RTP, onde se invoca a evolução da arquitectura industrial que acompanhou o desenvolvimento da indústria do algodão, principalmente no império britânico. E lá estavam as estruturas em tijolo, de enormes dimensões, de belos efeitos decorativos, espalhadas pela Inglaterra, pelos Estados Unidos e pela Índia. A nossa Cerâmica Campos é mais recente do que muitos desses edifícios porque a nossa revolução industrial foi mais tardia. Mas a sua dignidade não fica a dever nada a muitos dos outros. Então aproveitê-mo-la.

Tem havido recentemente bastantes iniciativas no sector da arqueologia industrial. Aveiro devia apoiá-las. Não é altura de se discutir se a Cerâmica Campos deve ser o museu só da indústria cerâmica, para o que claramente tem grande vocação, ou o museu de tecnologia, ou até o museu de ciência e tecnologia. Essa discussão deve ser deixada para um foro restrito de especialistas.

Pessoalmente vejo a Cerâmica Campos a ser, de início, o equivalente ao rés do chão e à cave do Science Museum de Londres, ou do Museum Of Technology de Manchester, isto é, um museu para as grandes máquinas, as grandes estruturas que operaram o arranque da revolução industrial. Eu estou convencido de que caberão lá algumas outras coisas e acho que se deverão lá pôr as que lá pertencerem. Mas, para já, ficaria perfeitamente satisfeito se aquela bela estrutura fosse usada para mostrar a todos nós como as pessoas do século passado usaram o seu engenho e os conhecimentos que tinham para resolver os seus problemas e como esse esforço originou novos estudos e estes deram novos engenhos, e assim por diante. Uma estrutura para mostrar a este bom povo português que as coisas não caem do céu aos trambulhões, que não são feitas com varinhas mágicas, nem pela acção do governo central. As coisas são feitas porque as pessoas aceitam o desafio de descobrir como funciona a natureza e de usar esse conhecimento, depois de bem meditado, amadurecido e sedimentado, para experimentar novas maneiras de fazer a natureza funcionar mais ordenadamente, mais depressa e mais orientada para os fins que se julgam mais úteis. É essa mensagem que é preciso gritar aos ouvidos deste povo de sebastianistas. Aveiro tem na Cerâmica Campos o embreão do megafone que poderá transmitir essa mensagem. Moralmente é obrigado, patrioticamente tem o dever e egoisticamente não lhe convém que fique por fazer o museu de tecnologia de Aveiro.

Nós não temos o direito de deixar fugir a oportunidade de os nossos filhos poderem beneficiar da transformação da Cerâmica Campos num local privilegiado de aprendizagem, de inspiração e de recreio. E de negar aos portugueses que visitam a cidade o conforto de sentirem que são nacionais de um país que não foi um deserto industrial, enquanto ideias e fábricas choviam à nossa volta, e de verificarem que os seus avós, também eles, foram pessoas de iniciativa e engenho.

Museu etnográfico.

O conceito do museu etnográfico não está, creio eu, suficientemente difundido em Portugal. De resto é um conceito extremamente amplo, tanto no tamanho que pode ter, como nos assuntos que pode tratar, como nos objectivos que pretende atingir.

Algumas características são comuns a todos os que já visitei até agora, e já foram alguns:

- a) — São sempre museus ao ar livre, estendidos ao longo de áreas geralmente grandes onde os elementos de interesse se distribuem em sectores, normalmente separados uns dos outros por zonas onde o biótopo natural não foi alterado ou foi apenas paisagisticamente melhorado.

- b) — Incluem sempre coisas expostas ao ar livre, sujeitas às intempéries naturais, e coisas expostas em abrigos, sejam eles casas ou outras estruturas, por vezes com ambientes cuidadosamente controlados. Por exemplo o Fram, que Nansen usou nas explorações polares, ou os barcos dos Vikings, estão contidos em casas especiais, com controle de humidade e temperatura, no Museu Etnográfico de Bygdoy, nos arredores de Oslo.
- c) — Têm sempre uma componente muito forte de etnografia que inclui coisas como as casas das diversas épocas da história e das diferentes regiões do país, paciente e cuidadosamente desmontadas dos seus lugares de origem e reconstruídas dentro da área do Museu, dispostas por forma a evidenciar algum aspecto fundamental da evolução, seja ele, o tamanho, os materiais, as técnicas construtivas ou o ordenamento interior das divisões, que reflecte as actividades domésticas nas diferentes épocas. Às vezes, como acontece no Den Gamle By (a cidade velha), em Aarhus, na Dinamarca, procura-se reconstruir inteiramente a organização e a maneira de viver numa vila medieval. Aí se reconstruiu, dentro da própria cidade de Aarhus, uma vila medieval com o seu fontanário, o moinho de vento, o largo do Município e as ruas das artes e ofícios, em cujas casas, artesãos vestidos à moda da época, continuam a fabricar utensílios medievais pelas mesmas técnicas medievais, utensílios que são vendidos a bom preço como peças de artesanato. Ou em Memphis, nos Estados Unidos, onde, não muito longe do museu evocativo de Elvis Presley, está totalmente reconstruída uma aldeia índia, que existiu nesse mesmo sítio ao longo de sucessivos séculos. Nessa mesma cidade, uma ilha do Mississippi, Mud Island, está totalmente ocupada com um museu dedicado à geografia e à história do rio Mississippi, onde se pode encontrar reproduzido, a escala reduzida mas fiel, o curso do rio, com as suas cidades e actividades múltiplas e onde, usando todo o potencial da moderna tecnologia, se reconstituiu, com elevado grau de realismo, todo o ambiente das batalhas navais que nele ocorreram, do negócio dos escravos e das viagens a bordo dos típicos barcos de pás.
- d) — Frequentemente existe uma grande ênfase nas maneiras tradicionais de fazer as coisas, por exemplo, fazer o queijo ou cozer o pão, em Bellenberg, na Suíça, curtir os couros ou tecer

as mantas, em Cardiff, no país de Gales, imprimir os jornais ou aquecer as casas em Bergen, na Noruega.

- e) — Frequentemente há uma forte componente artística, principalmente de escultura, que pode estar ao ar livre, como acontece em Oslo e em Copenhaga. Nesta última o conceito do museu etnográfico foi alargado para abarcar uma aldeia inteira, Lyngby, que ficou incluída dentro do Museu, porque a sua parte antiga estava particularmente bem preservada, continuando, contudo, a funcionar como povoação moderna, sede da Universidade Técnica da Dinamarca. Este conceito vê-se frequentemente reproduzido em cidades diversas, por exemplo Guilford, na Inglaterra, cujos centros históricos mantêm uma estrutura e modo de funcionamento tradicionais, sem carros, sem plásticos, sem alumínio anodizados, e são continuados por zonas ao ar livre que funcionam como museus etnográficos onde se reconstróem coisas interessantes do património cultural da região. Por exemplo, eu não tendo dúvida de que se os nossos autarcas tivessem ido a Guilford observar com atenção as comportas que lá estão montadas e a funcionar, operadas naturalmente por toda a gente, não teriam tido as dores de cabeça e os desgostos que resultam de terem instalado em Aveiro uma solução de tecnologia avançada.
- f) — Têm sempre uma componente lúdica importante. São sítios para se ir passar um dia com a família; onde se encontram coisas de interesse para todas as idades; onde há locais agradáveis para descansar, ler ou merendar; onde há restaurantes e cafetarias para se fazerem refeições com a boa cozinha tradicional ou o simples croquete; onde se anda muito a pé e se faz bom exercício físico; são sítios saudáveis.

Ora nós andamos há anos a querer fazer o Museu do sal, mais o Museu do trajo, mais o Museu do artesanato. Na minha visão esses não seriam mais do que sectores do grande Museu etnográfico de Aveiro, onde, inclusivamente, um barco bacalhoeiro poderia aparecer transformado em albergue da juventude, tal como acontece com o cliper «Al Chapman», em Estocolmo.

Esse Museu recolheria muitas das artes que ainda se encontram pelo distrito e fora dele, como por exemplo, a azenha, o lagar de azeite, o tear de mantas de de fitas, as cestas e cestos de castanho, os pipos e tantas outras coisas cuja defesa a ADERAY se não tem cansado de defender.

E eu não tenho dificuldade em imaginar que a maioria das excursões que agora passam em Aveiro apenas a meia hora que é precisa para ver o lago do parque e comer a merenda, passariam a dedicar à cidade e aos seus Museus uma atenção muito maior. Da mesma forma que as escolas que agora nos escrevem a pedir para visitar o nosso departamento passariam a incluir esse Museu no seu itinerário. Era assim que eu via um tal Museu como agente difusor de cultura.

O aquário.

Portugal tem instalado e em funcionamento um único Aquário, o Aquário Vasco da Gama, no Dafundo. Trata-se de uma infraestrutura que é simultaneamente de investigação, de cultura e de turismo. Não sei se funciona bem ou mal porque já lá não vou há bastantes anos, mas sei que, quando o visitei, funcionava francamente mal.

Em 1982 tive oportunidade de visitar o Aquário de Bergen e dei então conta do extraordinário potencial que um estabelecimento desse tipo tem para difundir cultura de uma forma atraente, agradável e simples.

Ali, perante a observação directa dos espécimes, vivos, mortos, adultos, ou larvares, podemos aperceber-nos de um sem número de características e inter-relações do meio com os seres vivos e entender efectivamente o que é essa coisa da ecologia e porque é que a qualidade da água é um factor assim tão decisivo para assegurar o normal funcionamento dos biótopos aquáticos.

Mas também dei conta do enorme potencial que um Aquário tem como atracção turística. Apesar de os bilhetes não serem baratos e de estar uma bela manhã de sol, o Aquário rebentava pelas costuras.

E foi dinheiro bem gasto. Só o espectáculo que foi observar a impressionante velocidade e preciso sentido de orientação com que deslizam as focas, perante o estímulo de uma simples sardinha atirada à água, faz esquecer qualquer prova de fórmula Um. Além de ser um espectáculo muito mais silencioso, saudável e económico.

Aveiro tem excelentes condições para se interessar pelas coisas da biosfera: tem o mar, a ria, os rios, as serras e os pântanos. Já tem uma reserva natural e uma zona protegida. Poderá ter outras.

Tem uma Universidade onde os estudos ligados às ciências aquáticas têm grande relevo; tem um Departamento de Ambiente; tem um Centro de Química do meio Aquático e um Centro de Ecologia. Aveiro tem um Centro de Investigação das Pescas.

Aveiro tem problemas de contaminação do meio aquático com substâncias tóxicas e precisa de quantificar essa toxicidade, o que implica uma infraestrutura de produção de indivíduos para teste. Existem pois

as instituições, os conhecimentos, a necessidade e o interesse de manter um aquário para fins científicos e de fomento económico.

Mas Aveiro é também um centro de turismo.

Aveiro tem o mar português que vai ficar mais perto da Europa. Aveiro vai ser a porta privilegiada da entrada dos turistas que se deslocam ao nosso país pelas vias de superfície. Viria bem a propósito dar-lhes a chance de, no termo da travessia do planalto escaldante da meseta ibérica, poderem refrescar-se, deliciar-se e cultivar-se a observar a outra vida portuguesa e a conhecer os seres que, não pelo sorriso e gentileza, mas pelo paladar e aroma, irão também contribuir para que as suas férias sejam agradáveis.

Mas não será nos turistas que eu penso em primeiro lugar, ao tentar avaliar o potencial cultural de um aquário em Aveiro. Penso sim nas dezenas de milhares de jovens das nossas escolas primárias e secundárias, alguns dos quais nunca viram o mar e a sua rica vida senão na televisão, a maioria dos quais nunca viu a imensa vida que bulha no rio da sua aldeia ou na poça da sua quinta, e que nem sequer faz a menor ideia de que essa vida lá está, da razão porque está, dos equilíbrios precários que a lá mantem e da importância que tudo isso tem para si como indivíduo e para o funcionamento da natureza que ele vê ocorrer à sua volta como se por milagre de algum deus desconhecido.

Seriam esses que eu não duvido que manteriam as portas do aquário permanentemente a rodar. Seria desses que o país e Aveiro haveriam de recuperar, com juros de palmo, o investimento que é preciso fazer para que o aquário seja uma realidade.

Em resumo.

Se os aveirenses quiserem:

- O sistema educativo de Aveiro que já é vasto, pode ser ampliado, pode ser melhorado, pode funcionar melhor, pode alargar o leque das suas ofertas;
- O património urbanístico da cidade pode ser preservado e melhorado com ajuda externa;
- Os monumentos podem ser restaurados, de novo com ajuda externa;
- Há condições para manter e ampliar as zonas naturais protegidas que rodeiam Aveiro;
- Há condições para criar um conjunto de museus novos, vivos, interessantes, onde as pessoas irão para se recrear, para aprender e não apenas para sentir o peso da história;
- Haverá coisas que mais turistas acharão interessante visitar.

Se os aveirenses quiserem, em menos de um quarto de século, Aveiro poderá ser um grande centro de cultura e de recreio.

O "Buzio Mirence"

— UM MANUSCRITO DO POETA BINGRE

Artur Jorge Almeida

Devem ficar no Lethes submergidos
Os versos, que lhes dei: esses cantares
Pouco importa que fiquem esquecidos.

Bingre

Desta forma respondia o poeta Bingre às censuras dirigidas (também em verso) pelo poeta José Maria da Costa e Silva, que lhe salientava a necessidade de a sua obra poética ser publicada. Bingre não partilhava esta opinião, pois considerava indignos os versos da sua juventude, meros devaneios próprios da idade. Em compensação, reconhecia que os poemas escritos em idade mais madura mereciam, de facto, ser publicados ⁽¹⁾.

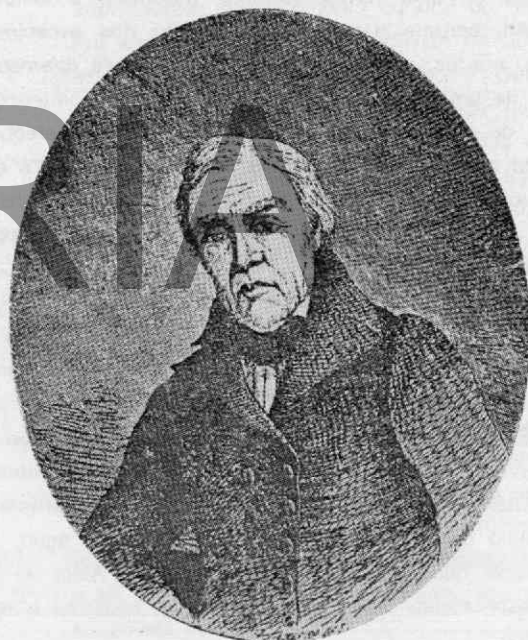
Francisco Joaquim Bingre, nasceu na freguesia de Canelas, concelho de Estarreja, a 9 de Julho de 1763 e foi baptizado aos 17 dias do referido mês e ano ⁽²⁾. Era filho de Manuel Fernandes e de sua mulher Ana Maria Hibingre, moradores no lugar da Pedregosa, neto paterno de Manuel Fernandes e Joana Dias e materno do capitão Gaspar Hybingre ⁽³⁾ e de Maria Catarina Hybingre, da cidade de Viena de Áustria.

Sobre a sua vida tormentosa remetemos o leitor para alguns artigos já publicados ⁽⁴⁾. Salientamos, contudo, o papel que desempenhou na fundação da «Academia das Belas Letras», mais tarde chamada «Nova Arcádia», onde, com o nome arcádico de «Francélio Vouguense», foi companheiro, entre outros, de Bocage (Elmano Sadino), José Agostinho de Macedo (Elmiro Tagideu) e Curvo Semedo (Belmiro Transtagano).

Desempenhou vários cargos de escrivão, de que foi sistematicamente demitido, pelos mais variados motivos, mas a que não foram alheias as intrigas dos seus inimigos. Vivendo de esmolas, tendo a seu cargo alguns filhos e netos, Bingre sofreu duramente até que a morte veio encontrar o «Cisne do Vouga» (como era chamado), no dia 26 de Março de 1856, na vila de Mira.

Um amigo do poeta, o professor de latim no Liceu de Aveiro, Calisto Luís de Abreu, tentou a publicação da obra de Bingre. Infelizmente o livro «O Moribundo Cysne do Vouga» (1850), que ostenta o nome do referido professor como responsável pela edição, saíu mutilado ⁽⁵⁾. De um outro projecto mais vasto, que incluía a publicação de quatro volumes com o título de «O Estro

de Bingre», apenas saíu o prospecto anunciador (1869). Os manuscritos de «O Estro de Bingre» foram mais tarde adquiridos a um alfarrabista, pelo Dr. Rocha Madahil, que os publicou parcialmente num número da revista «Arquivo do Distrito de Aveiro» integralmente de-



Retrato de Francisco Joaquim Bingre

dicado ao poeta (por ocasião do 2.º centenário do seu nascimento) ⁽⁶⁾.

Alguns manuscritos inéditos têm vindo a público ⁽²⁾; outros ter-se-ão perdido. Um importante lote de manuscritos de Bingre terá sido vendido para o estrangeiro ⁽⁸⁾. Em nosso poder, temos dois manuscritos de proveniência desconhecida e que presumimos serem inéditos ⁽⁹⁾. Apenas trataremos de um deles, ficando o outro para próximo artigo.

Em análise comparativa com os manuscritos existentes na Biblioteca Municipal de Aveiro, constatou-se

O MORIBUNDO CYSNE DO VOUGA.

COLLECCÃO

D'ALGUMAS PEÇAS MAIS IMPORTANTES

EXTRAHIDA DAS

OBRAS POETICAS

DO

Sr. Francisco Joaquim Bingre

NOS

ULTIMOS MOMENTOS DE SUA VIDA.



PORTO

TYPOGRAPHIA COMMERCIAL.

1850.

Reprodução de «O Moribundo Cysne do Vouga».

que a caligrafia é idêntica. Mais curioso é o facto de nos manuscritos da Biblioteca encontrarmos, tal como no «Buzio Mirence», a palavra «autographo» igualmente adicionada, o que nos leva a concluir que ambos devem ter estado, em tempos, nas mãos da mesma pessoa. A comparação caligráfica que fizemos com a reprodução de um manuscrito seguramente atribuído a Bingre ⁽¹⁰⁾, deu resultados menos positivos. No entanto, e embora haja algumas diferenças notórias, parece-nos confirmar que os referidos manuscritos serão do punho do próprio Bingre, tanto mais que a sua caligrafia é bastante irregular (como o é, aliás, a ortografia), variando ambas, inclusivamente, no decorrer de um mesmo poema.

O «Buzio Mirence» é uma sátira à vida mirensa, à corrupção e inépcia que grassava no funcionalismo e aos acontecimentos políticos nacionais. Começado no início do ano de 1821, ele é o arauto dos ideais da Revolução de 1820, mas, ao mesmo tempo, o dedo acusador que, decepcionado, indica aos políticos que nada mudou. Está nele patente um claro libelo à justiça venal, aos magistrados desonestos. Esse tema é,

aliás, uma constante na obra de Bingre e deverá estar bastante ligado aos sobressaltos que a sua carreira de funcionário sofreu.

Infelizmente o «Buzio Mirence» não se encontra completo. Faltam-lhe, pelo menos, os sonetos n.ºs 6, 7 e 10, sendo de crer que também falem alguns epigramas. Todos os sonetos numerados estão encimados pela citação «Obras sim, palavras não», de Sá de Miranda, a quem Bingre chama Sá e Miranda. São também estes os únicos que se encontram datados.

Transcrevemos os poemas tal como estes se encontram nos originais; de eventuais erros de leitura (bastante prováveis devido à complexa caligrafia do poeta) pedimos desculpa ao leitor.

Introdução ao Buzio Mirence

Soneto

O buxexas Tritão do Mar Correio
Amigo velho meu, e meu vezinho;
Vendo-me andar por qui, triste e sózinho;
Surgio, por me falar do equóreo seio.

«Meu Vate, que tens tu? Deixa esse enleio
«Alegra o coração, ergue o focinho.
«O meu Buzio aqui tens poem-te a caminho
«Toca-o sem medo, e fala sem receio.

«Portugal já não quer seus filhos mudos.
«Pregoa a Liberdade, em dosse rizo,
«Deixa os povos servis, andar trombudos.

Disse: e lançou-ce ás ondas d'improvizo
E eu da concha tirando huns sôns agudos;
Vou hum pouco buziar, vou dar avizo.

Soneto N.º 1

Mira, 1.º de Janeiro de 1821

Por costume, ou por Ley, numca as Parteiras
Tem o freio cortado aos Portuguezes.
Por isso a lingoa pérra as mais das vezes,
Tem nas falas de couzas verdadeiras.

Provem o mal, das sensaçoes primeiras
As Mestras só dedelhão bem as fezes.
Não basta andar no ventre nove Mezes
Calado sem palrrar, sem choradeiras?

Nasse hum Rapaz, e chora, e logo se'olha
Em por-lhe o Mel nos beíços, com presteza
E meter lhe na boca a grossa Rolha.

Empecilhos, não quer a Natureza
Nada ás crianças q'ó palrar lhes tolha.
Comadres, não deixeis a lingoa préza.

Epigrama

Para que os Parrocos todos
Sigão a mesma tenção,
Os Pobres de Portugal;
Com plena satisfação,
A Dizimal cota sua
Cedem a bem da Nação.

Soneto N.º 2

Mira, 6 de Janeiro de 1821

Se'a Estrella refulgente, os Magos guia,
Das afastadas terras do Oriente;
À cabanna felis, d'um Deos nassente,
Onde do Mundo, a Redempção nascia:

Hè neste mesmo sacrossanto dia,
Q'a Estrella da Razão, condus luzente,
O de Cem viros esquadrão sapiente,
À granda Redempção da Monarquia.

Na gruta de Belem remiu-ce o Mundo.
Das Cortes, no Salão, Lizia serima
Curem-ce as chagas, com saber, profundo.

A patria, em vós confia, e a vós s'e arima,
Sirconspectos varoens; sonдай lhe o fundo.
Vós tereis da Nação, perpetua estima.

Epigrama

Todos os Membros das Côrtes;
Dizem, que levão Podôens.
Para que? Para cortarem
As antigas podridôens.

Soneto N.º 3

Mira, 13 de Janeiro de 1821

Chamuscar tantas Leis contraditorias,
Tantas Rezoluçoens, palavras tudo;
Paresse q'devia ser o estudo,
Das primeiras Sessôens indagatorias.

Tem-nos contado em Leis, tantas historias;
Que fazem doido o Engenho mais agudo.
Nosso Codigo, está já tao bujudo;
Que não cabe nas sallas Senatorias.

Apinhados diplomas sem proveito,
Providencias fantasticas sem conta,
Ordens sem fim, e nada numca feito.

Mandar, e não cumprir, de pouco monta.
O respeito da Ley; vem do respeito
Da sua execução, devida, e pronta.

Epigrama

Quatro couzas dão fortuna
Na Côrte: Saber mentir,
E saber bem adular,
Bem furtar, bem repartir.

Soneto N.º 4

Mira, 20 de Janeiro de 1821

Anda torta a Justiça em Portugal,
E eu sei o modo della andar direita.
Há huma pronta, e salutar receita
Que repentinamente, cura o mal.

De que serve entre nós a Patriarcal?
Que utiliza a Nação, ou q'aproveita
Huns doze mil cruzados bons, q'aceita
De penção anualmente hum Principal?

Quatrocentos mil reis hum Senador
Que sustenta de Themis a Balança;
E dois contos de reis, hum Moncinhor!!

Querem vêr a Justiça em segurança?
Querem vêr seu fiel, sem ter pendor?
Fassa-ce visseverça esta mudança.

Epigrama

Pidio-ce a hum Pintor de fama (!!)
Hum retrato bem prefeito
Da veneranda Justiça,
Ao gosto moderno feito.

Vai elle, com vivas cores
Pinto-a por nova idêa;
C'uns Autos na Mão direita,
Na esquerda, huma bolça chêa.

Anno

(No 30)

1825

Buaco Miranda

Obras sim, pa l'vay mas
da e l'vay ando.

Epyrama

Podoy os Mumbay dos Corty;
Viram, que l'vay Podoy;
Para que? Para Cortyram;
As antigos podoy d'vay.

Mia 13 de Janeiro

Soneto

Chamies cas tanty lay, con traido tory,
Tantoy Placo lu cing, pa l'vay taly;
Paravio q' d'vay per o estendo,
Das primery dasio lay inda gatoray;
Jem nos contado am lay, tanty histoy,
Queo facem d'vay, o l'vay mojay agado;
Noto Codigo, atá pa l'vay l'vay;
Que mudo abe mas l'vay l'vay.

Apinhadoy d'vay mojay l'vay l'vay;
Provi d'vay l'vay l'vay l'vay l'vay;
D'vay l'vay l'vay, l'vay l'vay l'vay;
Mandoy, para l'vay l'vay l'vay l'vay;
O vos p'vay l'vay; l'vay l'vay l'vay;
De l'vay l'vay l'vay, l'vay l'vay l'vay.

Soneto N.º 5

Mira, 27 de Janeiro de 1821

Hé adagio entre nós, muito antiquario;
Que ao proferir se, o nome d'e Escrivão;
Logo o nome lhe ajuntao de ladrão,
Por mais q'seja, honrrado escriptuario.

Hora, s'um indolente proprietario,
Exige huma enormissima penção;
Pode escuzar-se de meter a Mão,
Torcendo a penna, hum pobre serventuario?

Dão-se os officios, por senistro apego;
Aos Moxillas, aos bixos da cozinha, (*)
Ao servil curretor, ao tolo, ao cego.

Querem vêr d'uma vês curada a tinha?
Sirva, o honrrado cidadão, o emprego,
E se furtar emtão; Forca, hé mezinha.

(*) Por desgraça da Nação, os off^{es} e empregos
publicos, destinados, para os homens bene
Benemeritos, ee incurrptos, se tem athe aqui
dado, a ignorantes servis, e da baixa relê,
innepetos, e indignos de os exercer, e muitos
sem saberem ler, nem escrever. Pedro (por
alcunha) o Lambão; Mosso da Estribelra da
Snr^a D. M^a. 1^a era proprietario de 13 =
off^{es} em diferentes comarcas!!

Epigrama (12)

Todo o Escrivão q'acompanha
Seu Ministro, onde quer ir,
Sem ser serviço do Rey;
Foi creado de servir.

Soneto N.º 8

Mira, 17 de Fevereiro de 1821

Os Gremios da Nação, e os seus Artistas
Tem emgrossado o rancho dos vadios.
Pois q'as obras d'alheios Senhorios,
Encantao por abuzo, as nossas vistas.

Hé preciso fazeem-se revistas
E chegar á rais, dos seus desvios.
Secas as Fontes, q'serão dos Rios?
Isto agrada sómente, a vis Igoistas.

Se a Nação, já não tem tupór dormente
Se Ovelhas ella tem, se tem Carneiros;
Da Luza Lan, se vista a Luza gente.

Arranquem-se do pó nossos obreiros
Fassa-ce a nossa Industria independente
Dos exponjozos Gremios Estrangeiros.

Epigrama

Com Missanga, e com vidrilhos
Os pretos, se captivavão.
E com Barretes vermelhos,
Que de longe lhes mostravão.

Com cascadeis, e gaitinhas
E mais Dixes Estrangeiros
Os seus manhozos Artistas
Chuxão os nossos dinheiros.

Soneto N.º 9

Mira, 24 de Fevereiro de 1821

Desde o dia felis do fausto Agosto (13)
Que todo o Portugal, tem s'tado á mira
Por vêr se dos impostos seus, retira
Para adossar-lhe a boca, um só imposto.

Porem inda athe qui não teve o gosto
Deste bem alcansar por q'suspira
Vendo que em seu favor a Roda viva
A Fortuna fugas com ledó Rosto.

Carregada a Nação, co'as mesmas fintas;
Nosso Gremio roral prazer não acha
Nas promessas profeticas sussintas.

Mude-ce ao menos com prudencia a taxa,
Para as pensoens, das claces, mais distintas.
Proteja-ce a Lavoura, e exista a Caixa.

Epigrama

Como hade pagar-se o deve,
Sem Impostos, de Milhoens?
Com a Caixa da Lavoura, *
Dobrada, nas distincões.

* O sistema de Colbert assentava sobre hum agricultura floressente para a deminuição dos impostos. Sulli, = Ministro de Henrique 4º da França — moderando os impostos sobre as terras e lançando os sobre as pensoens, sur do ás representaçoens particulares pagou a enormissima divida Nacional de 200 Milhoens, ressuscitou a opolen cia do Estado, e depozitou 30 Mi lhoens, para as nessecidades improvizas.

Soneto N.º 11

Mira, 10 de Março de 1821

Hora graças a Deos, q'alegre toco
O meu Buzio Mirão, gostosamente!
Buzio q'em vão toquei bastantemente,
E de muito o tocar ja estou bem rouco.

Agora Buziarei mais brando hum pouco
Se vir que brota bem toda a semente
Do germen Nacional, e ouvir contente
Cantar todo o montão do baixo soco.

Queira o Céu q'sem jóyo a seara nação
Que vigore, enloureça, e no Verão;
Nossa grande colheita, inveja faça.

Já o tema se ouvio do meu Sermão.
Já para julgador, sem lêr se passa.
Já vou vendo obras sim, palavras não.

Epigrama

Hora a couza não váe má;
Brilhantemente comessa!...
Assim é, porem o gosto;
Só se acha no fim da peça.

Artigo remetido

Soneto

Se hum, qual Buzio Mirence, aqui não tenho
Para afeito espalhar liberalmente
Da sã verdade, a vóz alti-potente,
Que d' Aura Nacional, é hoje o empenho:

Eu, de forças credor, falto de engenho,
Qual posso emboco hum pouco inda tremente,
D'um rude Fauno a gaita impertinente,
Que aqui pendida, por acazo obtenho.

Assim mesmo farei q'a Patria escute
Da dosse Liberdade, o dosse grito
Que contra o da opreção, se oponha, e lute.

Direi do Luzo Imperio ao povo aflicto,
Que opuz de livre ser, em paz disfruto,
O ja seu ecco alçar não hé delicto.

Epigramas

Seja o primeiro o juiz
Que leve teza gaitada;
Aquele q'em uzos vir
Contracta á porta da escada
As miserias do infeliz.

outro
S'hum juiz d'outro syndica
Que valem queixas do pavo?
Lobo, não come outro lobo.
Eilo vai á bolea rico,
N'outra parte emcher de novo.

Decima epigramatica

Saiba o Heroe das buzladas
Que em que nellas tem seu geito,
Não terão melhor efeito,
Que o que tem minhas gaitadas.
As verdades demonstradas,
Que hoje são na Nação,
Antigas verdades são:
Mas tractar de mil objectos,
E ficar tudo em projectos;
Hé temerlhe a execução.

Por isso a gaita
Por ora callo,
Nem pro, nem contra
Das coizas fallo;
Em quanto o Bul
O chá fermenta
No Norte, e Sul.

Resposta

Soneto

Senhor, quem quer q'hé, ouvi com gosto
Dessa gaita q'achou, não má gaitada.
Continue a tocar meu camarada
Fassa segunda, ao Buzio meu fanhozo.

Se corcunda não hé, por q'hé medroso?
Hora toque sem susto, a gaita achada:
De Fauno ella não hé mas sim tocada
Pelos dedos de Cytoro famoso.

Em Nação liberal, ninguém hé mudo,
Quem tem patriotismo não tem medo,
Do Papão q'hade vir, encosta a tudo.

Basta ja de falar tanto em segredo,
Sacuda o pó da gaita, q'eu sacudo
Meu Buzio, q'a Nação ofende quedo.

Epigrama

Bem q'silva o Despotismo,
Inda, em partes da Nação;
Quando esta decreta junta,
Não se teme a execução.

Senão esfria
O Chá no Bul;
Não temo o vento
Do Norte, e Sul.

Encontra-se ainda uma folha no interior do manuscrito do «Buzio Mirence» com o poema que se segue. Todavia, parece evidente que o mesmo não pertence àquela obra. É o seguinte:

O Tempo Vestido nú com barbas grandes, cabellos soltos, azas; e hum fouce na mão direita.

Eu, que levo, e que trago em longo giro
Na Carreira fugaz brilhantes dias
Ah! que doce prazer não sinto n'alma!
Quando do excelso do immortal Baptista,
Nos ombros meus cruvado á terra trago
Seu Sacrossanto Natalicio Dia.

Apenas minha mão as portas abre
Da Segunda Estação do Estio ardente
Logo exulto pro vêr, q'a Aurora apresta
Finos enfeites, rossogantes galas,
Para o Dia immortal, q'a luz bilhante
Com Divino fulgor no Mundo esparge.

Tú Aveiro feliz, Tú que numeras
Com pompa festival tão fausto Dia
Tú, que tens feito retumbar nos Astros,
Hymnos de Louvor onrrando o Nome
Do Sagrado João, que hum Deos conheça
No ventre maternal Varão-excelso

Segue-se-lhe o rascunho de uma petição de Custódio de Pinho, alferes da 1.ª Companhia de Milícias de Aveiro, oferecendo-se para ir para o Rio de Janeiro.

NOTAS:

- (1) ALVARO FERNANDES, «O Cisne do Vouga — Francisco Joaquim Bingre», in «Arquivo do Distrito de Aveiro», Aveiro, 1939, vol. V, pp. 292 - 293.
- (2) Livro de assentos de baptismo da freguesia de S. Tomé de Canelas (1744 - 1766), fl. 166.
- (3) O nome Hibingre, de que viria a resultar Bingre, é uma corruptela de Hibinguer.
- (4) ALVARO FERNANDES, ob. cit., pp. 186 a 207 e 289 a 307. ROCHA MADAHIL, «Notícia do «Estro de Bingre» (no segundo centenário do nascimento do poeta)», in «Arquivo do Distrito de Aveiro», Aveiro, 1963, vol. XXIX, pp. 161 a 240.
- (5) ROCHA MADAHIL, ob. cit., p. 180.
- (6) Trata-se da já referida obra de Rocha Madahil.
- (7) ROCHA MADAHIL, ob. cit.

JOSÉ PEREIRA TAVARES, «Um Inédito do Poeta Francisco Joaquim Bingre», in «Arquivo do Distrito de Aveiro», Aveiro, 1948, vol. XIV, pp. 65 a 70.

HONORINDA CERVEIRA, «Um poeta de Aveiro ignorado — Francisco Joaquim Bingre — «O Cisne do Vouga», in «Boletim Municipal de Aveiro», Aveiro, 1985, N.º 5, pp. 57 a 67. Contrariamente ao que esta autora sugere, os manuscritos de Bingre faziam parte da Biblioteca Particular do Dr. António Emílio de Almeida Azevedo.

- (8) ROCHA MADAHIL, ob. cit., p. 187.
- (9) Tais manuscritos deverão, em breve, dar entrada na Biblioteca Municipal de Aveiro.
- (10) ROCHA MADAHIL, ob. cit., p. 190.
- (11) Nos índices de obras do autor é referido um epigrama começado por «Pedi-se a um pintor de fama». Será este mesmo epigrama, ou outro começado pelo mesmo verso? ROCHA MADAHIL, ob. cit., p. 176.
- (12) Este epigrama deve corresponder ao soneto n.º 6 cujo paradeiro se desconhece.
- (13) O autor refere o dia 24 de Agosto de 1820 (Revolta do Porto).

Bloqueio pelos gelos

Pelo Comandante Asdrúbal Capote Teiga

(Arranjo extraído de um Protesto de Mar lavrado a bordo do Arrastão «São Gonçalinho» em 10 de Fevereiro de 1972 e ratificado no Consulado de Portugal em St. John's, Terra Nova, em 22 de Fevereiro de 1972).

Diariamente dezenas de milhar de portugueses, do Minho ao Algarve, usam o vocábulo; não há cardápio do mais luxuoso restaurante à mais humilde das lascas, que o não registre e não há comensal que o não conheça como produto comestível de eleição: o bacalhau.

Escrito e rogado, todos os dias se oferece à preferência do paladar dos portugueses; e, vamos lá que, não sendo alimento aos nossos dias considerado de «aviário», mais ou menos sujeito às antigas exigências de apresentação no mercado e mais obedecendo ao rigor das perfeitas condições na confeção culinária, ainda é hoje manjar preferido dos portugueses.

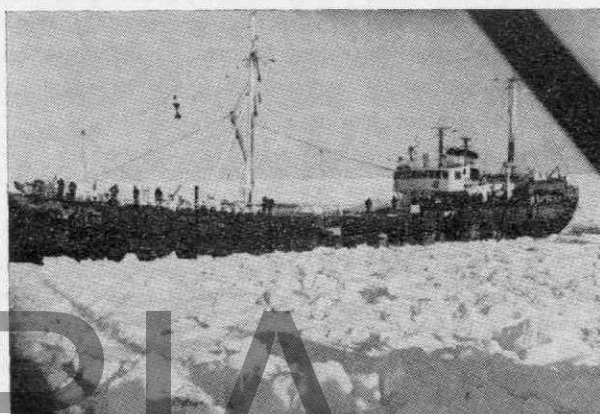
Só que, ao escolhê-lo nas ementas, ao apreciá-lo no prato, raramente o seu historial de 500 anos é motivo, mesmo que passageiro, de natural curiosidade; mais natural será até, tomando como motivo o acompanhamento no preparo do dito, o tecer de considerações sobre os tempos que correm na quadra, propícios ou não, à fertilidade do grêlo e da batata!

Ao domínio de biogeógrafos e ictiólogos ficará a dever-se a integração desse saboroso e apreciado «gadus», na cadeia da subsistência humana; para o conseguir, porém, para o arrancar do seu meio próprio, foi necessário o engenho, a procura, o esforço, o sacrifício e a coragem.

Hoje, mais do que nunca, a saga da exploração da pesca do bacalhau foi quase totalmente esquecida e a presença desse alimento na mesa portuguesa, deve-se, na maior parte, ao comércio e à importação.

A génese do nosso povo é própria no relego do histórico imediato, buscando à distância uma vivência saudosista que vai ressarcir-se na pesquisa de crónicas e tombos.

Alimentando dúvidas quanto à oportunidade deste relato mas, porque o julgamos inédito fora da jurisdição marítima e assim sendo, merecedor, quanto mais não seja, da curiosidade, retrocedamos ao dia oito de



Arrastão português «Santiago» bem preso.

Fevereiro de 1972, à posição geográfica 47° 50' de latitude Norte e 59° 40' de longitude Oeste, isto é, a doze milhas (!) da Costa Oeste da Terra Nova, dentro do Golfo de S. Lourenço, entre os cabos Anguille e Ray.

Este tão visitado como apreciado mar canadiano pelos Capitães-Pescadores dos arrastões portugueses, pelo que sempre oferecia em pescado e mais, assim o sentimos no amanho de tantos anos e todos os dias, pela proximidade das suas costas de visíveis povoações e gentes emprestando ao labor das tripulações esgotadas pelo trabalho, pela solidão e pela ausência, certo sabor de presença, parte activa no refrigério de sonhos e anseios, cobria-se entre Fevereiro e Maio, sem limites pré-fixados, de massas geladas ora praticáveis, ora impossíveis. As suas águas ricas em pescado e as condições oferecidas, eram um convite permanente e as pesquisas repetiam-se, mesmo que uma ou outra infrutífera.

Nesse ano de setenta e dois, havia de tudo nesses pesqueiros: peixe, mau tempo, imensos campos de gelo, muito frio, constantes nevões; mesmo assim, o atrevimento de uns quantos, os resultados fazendo esquecer

os riscos as meças e o despeito obrigando outros, visando a compensação e o proveito, uma certa negligência acorrendo todos, ora corridos no momento oportuno, ora à força de potência de máquina e estrutura capaz, lá iam fugindo às avalanches, à sucapa nas lagunas criadas entre banquises ⁽²⁾, rapando mais uns «rabos»; Mas a quadra e as paragens não ofereciam só ameaças à maneira de tantas vezes; a temperatura continuava a baixar e os vinte negativos aproximavam-se; a superfície do mar revolto aquietava-se coberta de gelo grosso, disperso, que logo recolava; toda a área líquida se afundara e o Golfo era agora um vasto glaciar ⁽³⁾.

À navegação e pesca ali em movimento, uma só rota, um só destino: Sul e estreito de Cabot, isto é, única possível saída.

As notícias via rádio assinalavam bloqueios e os apelos telegráficos requeriam socorros; repetiam-se os dramas dos mares de correntes frias, nas épocas frias e costas de eternos glaciares.

Mais que uma saída ordenada, impunha-se aos navios uma fuga, já que o anúncio de bloqueios estava no ar e assim, por sulcos que iam abrindo à força de máquina e de colisões mais ou menos estrondosas que tantas e tantas vezes deixavam moessa obrigatória de arribada, seguiam os arrastões, uns após outros, rumo à saída pelo estreito de Cabot. Só que esse fender de massas geladas que logo recolavam por acção de vento, corrente e própria inércia, ia-se negando à cedência e à passagem e os navios, por incapazes, quedavam-se em abandono ao poder dos elementos em fúria.

Na hora, a inclemência era total: temperatura baixíssima a consolidar a planície alva e enrugada, o vento sudoeste forte, gélido e fustigante a empurrar o aglomerado para leste, para a costa e por infernal

complemento, a reduzida e nula visibilidade que intensos nevões permitiam; quadro dantesco vivido e não exibido em tépida galeria!

Uma clareira e uma permissão de máxima velocidade consentiram acalentar esperanças na travessia de uma densa banquise que se estendia de Cap. Ray para oeste; não era larga, cerca de milha e meia; mas, a fragilidade de certa zona por onde haviam passado outros fugitivos, aproximava-se a toda a força de terra e de uns baixios ameaçadores a norte do referido Cabo; consolidava-se a massa gelada que fechava as passagens e muitos navios na proa iam parando; abalroamentos eram admissíveis e caminhos paralelos mais temíveis iam ser tentados.

E os navios forçaram a rocha branca que não cedeu, ou melhor, deixou que cada um cavasse apenas a moldura do seu casco; depois foi o estrebuchar à vante, à ré, para estibordo ⁽⁴⁾ e bombordo ⁽⁴⁾ a toda a força, sem êxito até à impotência total.

Pelas quinze horas do mesmo dia oito, um bojo de 75 metros de comprimento, por 11 metros de largura e 6 metros de calado, detinha-se imóvel e inútil nos seus poderes; o dono de um milhão de milhas navegadas, o adversário de ventos ciclónicos e alterosos mares, o lenho de travessias incautas e apetecíveis, ali estava exangue e vencido, à mercê dos elementos irmãos em fúria.

A Giroscópica marcava 182 graus e o radar dava Ponta Stormy por 17° à distância de 5,7 milhas e sonda de 160 metros.

A proa em que se ficara aprisionado, isto é, atravessado à corrente, vento e rota dos gelos teria sido a menos desejada mas fora impossível de alterar devido à forte pressão do gelo não permitir a rotação no navio; nas horas que se seguiram, pela maior superfície exposta, se recebeu um maior castigo dos elementos enfurecidos.

De borda falsa relativamente baixa para facilitar o trabalho de pesca, essa mesma vantagem em breve foi oferta às lages geladas deslizantes que logo começaram a transpôr a borda; luta trágico-cômica a de uma brigada da tripulação que teve de saltar borda fora e sobre o glaciar, lutar, destruir e erguer barreiras a essa invasão incrível e apavorante; ainda hoje um frêmito nos percorre ao lembrar esse imprevisto.

Mais dezassete navios entre comércio e pesca, portugueses, espanhóis e outros, ali estavam, imobilizados, numa área de 15 milhas, aguardando a mutação de condições que o tribunal de forças naturais iria determinar; continuidade, pioria ou melhoras?

O dia nove trouxe, realmente, menos agressividade na temperatura, no vento a ronar para oes-noroeste e na visibilidade, mas, o grau de endurecimento do gelo, esse intensificara-se e as perspectivas futuras não ofe-



Arrastão «S. Goncalinho» prisioneiro dos gelos dentro do Golfo de S. Lourenço.

«John Macdonald» quebra-gelos abrindo estelas por onde se saíria do bloqueio.

«John Macdonald» 30 000 cavalos de força; proa, chapa de 30 cm.

reciam hipótese de safra próxima; e a pesca dos navios livres, no limite dos campos de gelo, começava a prurir os mais impacientes.

Por acordos entre os principais de cada unidade bloqueada e parecer geral dos Capitães, foi então determinado solicitar o auxílio de um quebra-gelos canadiano.

A fim de dar seguimento ao estabelecido e como se impunha, as Agências dos navios bloqueados, já cientes da situação, imediatamente tomaram as medidas necessárias, instruindo os comandos no sentido de um contracto urgente e directo com o Departamento «Ice Operation Officer» dos serviços da Guarda Costeira Canadiana (C. C. G. S.) situados em Sidney, Nova Escócia.

Entretanto, imensos outros pedidos de embarcações em perigo, com porões alagados, proximidade de terra, sem máquina e possíveis encalhes, eram dirigidos ao mesmo Departamento que esclarecia da urgência da assistência, consoante a gravidade das situações.

Em breve éramos informados que o primeiro «Quebra-Gelos» disponível viria em nosso socorro.

Dia e noite de 9 de Fevereiro se passaram sob prenúncio de algo de pior, dado que a pressão sobre o cavername do nosso barco, em seus efeitos, era bem ouvida pelo ranger do dito e nas vibrações constantes.

A deslocação conjunta de gelos e navios para a terra, era agora mais lenta pois que a crosta gelada dera na costa; em vinte e quatro horas caíra-se para leste 2,8 milhas.

Nas estações dos navios a escuta era permanente e a ansiedade crescia; setenta vidas encerradas numa dupla prisão!

Finalmente pelas 18 horas e 30 minutos recebia-se uma primeira mensagem do quebra-gelos «John A. Macdonald» anunciando o seu rumo para a frota bloqueada e uma provável chegada para as 23 horas.

Os muitos anos de pesca do bacalhau haviam-nos habituado às grandes dimensões: ao mar imenso e seu co-irmão céu infinito, às abissais profundidades e secretismo das suas fossas, aos volumosos glaciares e às eternas calotes geladas; e também, ao ser humano por anátema e expiação cumprindo os grandes trabalhos e as longas expectativas; e não era menos pesado e amargo aquele desesperante aguardar.

Mil horas passadas no amanho de uma faina dependente das mais dispareas imposições naturais, ora aceitando violentos castigos, ora colhendo a doce brisa dos favores, tinham-nos oferecido o calo indispensável na avaliação de consequências; mas era Fevereiro, mal se havia iniciado a época de gelos de formação e era cedo para o degelo dos glaciares; a promessa não ditava a calma, antes o anseio e este, era medido pela capacidade de suporte das estruturas do navio, inter-rogação quanto às possibilidades futuras de continuação



Cargueiro também bloqueado — Golfo de S. Lourenço.

em pesca se as avarias pressentidas fossem realidade, sujeição de todos, às perdas e danos resultantes.

Para já e para conturbar ânimos, os arrastões livres ou dentro de gelos trabalháveis, faziam razoáveis capturas.

O tempo arrastava-se e os minutos mais pereciam horas; a exactidão dos relógios de bordo era uma dúvida e infindáveis dezoito mil segundos decorreram até que ... para as bandas de oeste os radares entraram a detectar um eco que rapidamente se aproximava e, em breve um farol crescia rumo às naus tornadas mansões imóveis por uma força emanante da natureza.

Pela meia noite a rasar-nos o bombordo, em proximidade que nos deixou temente e receoso pela ousadia da manobra, passava o «John Macdonald» com a potência dos seus 30 000 (trinta mil) cavalos e velocidade inacreditável de onze nós (5), estilhaçando a crosta alvi-vítrea que nos apresara.

A ronda do vento para nordeste moderado a bonançoso limpava os ares e o firmamento cobria-se de astros; a noite era fria e escura e pouco recomendável às acções que iriam a processar-se no descolamento das naves, assim o entendeu o douto e experiente comando do quebra-gelos com o acordo geral dos responsáveis de todos os barcos. Adiou-se para as 8 horas próximas o início das operações.

Jamais se esquecerá essa prova vivida em cinco horas e trinta minutos: jamais uma acção marítima toda feita de saber, experiência e determinação se varrerá da nossa memória; jamais uma transição da dúvida para realidade se processará com tanta eficiência e grandeza; jamais a solidariedade, o serviço sem cobrança, apanágio das gentes do mar, única classe trabalhadora universal que detém um período de silêncio, atenção e escuta permanente, na íntegra respeitado e sancionado, de definir com tanto rigor e elevação.

O sol erguera-se limpo, a temperatura subira para os seis graus negativos, a visibilidade era larga e, na

hora exacta, iniciara o gigante destrutor das massas gélidas a sua faina libertadora.

Cortar proas, ⁽⁶⁾ roçar bombordos e estibordos, despedaçar as enormes lajes brancas e vitreo-azuladas que, mais de uma vez barreiraram aquela estrutura de aço e poder foi tarefa da concepção ciclópica porém, elementar na execução e eficácia; e se a muralha ao primeiro embate não cedia, então o possante barco recuava um pouco e requerendo o máximo do seu par de máquinas sob fragor imenso que eccava até à Table Mountain ⁽⁷⁾ investia e rachava a perder de vista aquela superfície dura e cortante.

Ordenamento, em geométrico labor de uma operação que se exigia profícua e rápida, eram abertos sulcos por onde os navios libertos entravam com o «toda-à-força» ⁽⁸⁾ das suas próprias máquinas.

Pelas estaladas e entroncar numa só via, rumavam ao sul e sul-sueste todos os barcos soltos à velocidade



Bloqueio nos gelos dentro do Golfo de S. Lourenço.
Quebra-gelos Canadiano «John A. Macdonald».

pré-determinada de 10 (dez) nós no cola do seu libertador.

Por serviço e contacto directo com o comando do «John Macdonald» coube-nos ser o primeiro na sua pôpa; um sem número de vezes fomos tentados a inverter, como se fosse possível no meio e no espaço, a marcha do nosso barco tão próxima e eminente a colisão com a pôpa do draga-gelos que seguia indifferente e magestoso na nossa proa; e logo a voz calma da perícia e da experiência, a força de um saber herdado, ano após ano, de rituais situações confrontadas e resolvidas, a ordenar-nos a manutenção da velocidade e do governo; e não à rotina, porque de mar e gelo, tínhamos nós largos anos.

Utilizando uma acessível tecnologia náutica para desmonstrar toda a eficiência de um trabalho invulgar diremos que, pelas oito horas do dia dez, se marcava ⁽⁹⁾ a Ponta Larking ⁽¹⁰⁾ por setenta graus à distância

de duas milhas e meia (2,5) ou, mais simples ainda com proa de sul (180°) víamos a referida Ponta aproximadamente pelo nosso través ⁽¹¹⁾ de bombordo; pelas quinze horas e trinta minutos do mesmo dia, agora com a proa de leste (90°), já no Estreito de Cabot, libertos do magma gelado que nos aprisionou durante quarenta e oito horas, víamos a mesma Ponte, pelo mesmo través mas, à distância de vinte milhas (20'); era o sul da Terra Nova com restingas ⁽¹²⁾ e gelos dispersos que iam permitindo a continuação da pesca já que não muito longe, se avistavam outros arrastões em faina, aqueles que tinham conseguido sair do Golfo a tempo e horas e aqueles que, por menos atrevimento, se haviam quedado por áreas pobres ou menos ricas, mas muito mais seguras.

Em cinco horas apenas, tinham sido safos do bloqueio treze navios de pesca e quatro do comércio que, em fila, como se de revista se tratasse, passando frente ao libertador agora quedo, em homenagem simples, com os três apitos da ordenança o saudarem; cumprimento singelo entre as verdadeiras gentes do mar, festeja, preiteia, agradece e diz adeus e até sempre.

Eram quinze horas e trinta minutos do dia dez de Fevereiro de mil novecentos e setenta e dois a bordo do arrastão «S. GONÇALINHO».

Ihavo, 10-06-86.

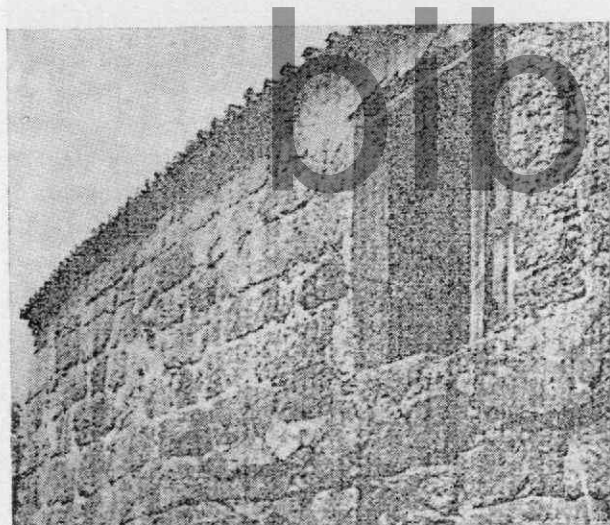
ADENDA:

- (1) — Milha marítima — 1' = 1852 metros.
- (2) — Banquise — faixa de gelo larga.
- (3) — Glaciar — grande massa de gelo passível de deslocamento formada nas regiões frias em vales e bacias.
- (4) — Estibordo — dentro do navio quem olha para a proa à direita.
— Bombordo — dentro do navio quem olha para a proa à esquerda.
- (5) — Nó — Unidade de velocidade marítima = 1852 m.
- (6) — Cortar a proa ou a pôpa — Passar no sentido vertical da embarcação muito próximo da proa ou da pôpa.
- (7) — Table Mountain — Montanha de Mesa — Sudoeste da Terra Nova entre Cap. Ray e Cap. Anquille — junto à Costa.
- (8) — Toda-à-força — Sector do telégrafo para a máquina principal que pede a força toda.
- (9) — Marcar ou Azimutar — Orientação em graus da Agulha magnética ou giroscópica neste caso para um ponto em terra.
- (10) — Ponta Larking — Pequeno cabo entre Cap. Ray e Cap. Anquille.
- (11) — Trávés — Direcção perpendicular à mediania do navio — Trávés de bombordo (BB) e través de estibordo (EB).
- (12) — Restinga — Estreita faixa de gelo.

De Aveiro até Cabo Verde

Por João Gonçalves Gaspar

Na povoação do Curval, no termo sul do Pinheiro da Bemposta, freguesia do actual concelho de Oliveira de Azeméis, nasceu D. Frei Sebastião da Ascensão, que veio a ser o sétimo bispo da Diocese de Cabo Verde e Guiné. Não sabemos como se chamavam seus pais nem o ano do seu nascimento; este, contudo, deve situar-se no final do segundo terço ou no início do terceiro do século XVI.



Casa de aspecto primitivo, de parede arredondada, que deve ter feito parte dos «Paços do Curval».

O Curval é uma localidade de antiga nomeada, onde existiu uma quinta, que foi o prazo fundamental dos Sás de Coimbra, tendo sido concedida por D. João Galvão, bispo de Coimbra e primeiro conde de Arganil, em 1482, a João Rodrigues de Sá, pelos serviços prestados, especialmente na batalha de Toro. Mais tarde, após vários acidentes, o prazo foi repartido pelos senhores de Anadia e pela Casa da Cavalaria.

Conta Fernão Lopes, na **Crónica de D. João I**, que durante o mês de Junho de 1387, el-rei adoeceu «nos

paços do Curval» com tamanha «dor de quentura» que fez as suas últimas vontades. Em face da gravidade da doença, a própria rainha, que estava em Coimbra, foi apressadamente para lá com o duque de Lencastre, seu pai, com o condestável D. Nuno Álvares Pereira e com parte da Corte. Daí mesmo o monarca, apesar de enfermo, assinou alguns despachos, ⁽¹⁾ Talvez ainda existam vestígios desse edifício, bem como da estrada que junto lhe passava. ⁽²⁾

Regressemos, porém, a D. Frei Sebastião da Ascensão. Oriundo de família humilde segundo uns, ou de família nobre, embora economicamente decaída, segundo outros, ⁽³⁾ sentiu na sua carne as dificuldades do dia-a-dia, desde os mais tenros anos; a tradição local afirma que seu pai ou perdera a vida na infeliz batalha de Alcácer-Quibir em 1578, ou veio a falecer após os infortúnios da crise nacional de 1580. A mãe, precocemente viúva, vira-se constringida a criar ovelhas e a guardá-las na pastagem pelos baldios, para assim prover a uma modesta sustentação de si e dos seus.

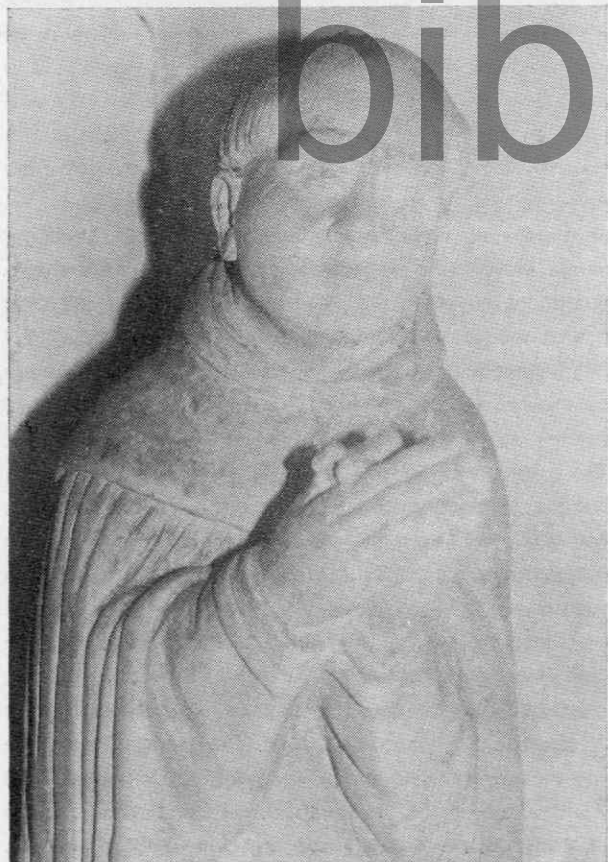
Sebastião teve uma irmã, que viria a tomar o hábito albi-negro da Ordem dos Pregadores e a emitir os votos evangélicos no Mosteiro de Jesus, em Aveiro; foi Soror Catarina dos Mártires. Sem dote capaz, a boa da religiosa acomodou-se à condição de conversa, em que deu exemplo no serviço às madres e às freiras mais antigas, sujeitando-se a trabalhos duros e ásperos.

Entretanto, o adolescente Sebastião seguia também para Aveiro, na companhia de uns padres dominicanos, em cujo Convento de Nossa Senhora da Misericórdia ingressava; ao longo dos anos, fez o noviciado, professou e ordenou-se de presbítero. Era dotado de boa memória, de lúcida inteligência, de séria virtude e de não fingida piedade. O futuro abria-se-lhe promissor. Insigne em letras e no púlpito, transitou para o Convento de S. Domingos, em Lisboa, onde foi mestre em Teologia como lente de Prima e regente dos estudos,

com boa aceitação de grandes e pequenos e por todos bem ouvido.

Em 1605, a Ordem Dominicana celebrou em Valladolid (Espanha) um dos seus Capítulos, ao qual presidiu Frei Jerónimo Xavier; às sessões e cerimónias públicas assistiu Filipe III — II de Portugal — com a corte e grande número de indivíduos, notáveis no saber e na posição social. Também participou nos respectivos trabalhos o provincial português, que se fez acompanhar de alguns religiosos mais eruditos, entre os quais Frei Sebastião da Ascensão.

Num dos dias de maior solenidade, num acto litúrgico, pregou este dominicano aveirense; e tantas provas deu de erudição e eloquência, que espantou o rei, a corte e todo o auditório. O soberano logo desejou proporcionar-lhe uma situação mais elevada e mais consentânea com os seus méritos. Por isso, vagando a Diocese de Cabo Verde e Guiné pela morte de D. Luís Pereira de Miranda, da Casa dos Borges, ocorrida em 1609, o monarca, no ano imediato, nomeou e apresentou Frei Sebastião da Ascensão para ocupar aquela Sé; confirmado pelo papa Paulo V, o novo prelado satisfaz os direitos das bulas pontifícias à Câmara Apostólica em 18 de Abril de 1611. ⁽⁴⁾



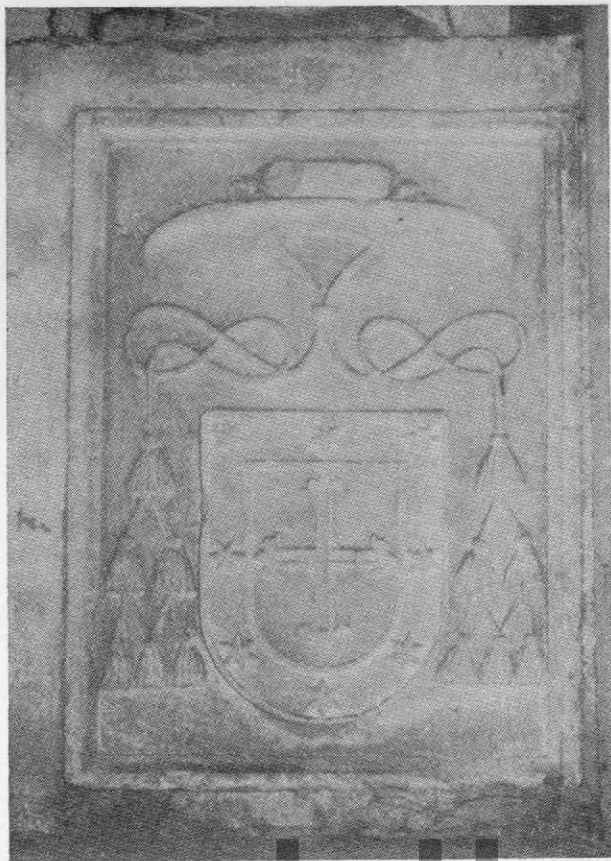
D. FREI SEBASTIÃO DA ASCENSÃO
Pormenor da estátua existente na capela
de Nossa Senhora da Ribeira (1611).

A Diocese de Cabo Verde e Guiné fora criada pelo papa Clemente VII, em 31 de Janeiro de 1533, a pedido de el-rei D. João III. O seu território estendia-se não só a todas as ilhas do arquipélago mas também à «terra firme» da Guiné com 350 léguas de costa, desde o rio Gâmbia até ao cabo das Palmas e rio de Santo André; tinha como sede a povoação da Ribeira Grande, que passou a chamar-se cidade de S. Tiago, na ilha do mesmo nome.

Os membros da Ordem Dominicana tiveram certamente grande honra nessa escolha régia e pontifícia, mas muito se contristaram, reconhecendo que não seria longa a vida do agraciado, pelas condições doentes da Diocese. «Neste sujeito foi a dor dobrada — desabafa o seu contemporâneo Frei Luís de Sousa — porque foi mandado para um desterro alongado da Pátria, não só em distância de clima, mas em qualidade de sítio: sítio enfermo e afogueado do sol, de ares grossos e pestíferos, onde os estrangeiros vivem mais por milagre que naturalmente; e todavia das terras, em que a força do sol abrasa e torna em carvão os naturais, fazendo a todos negros, esta é a menos prejudicial para a saúde dos estranhos e mais vizinha do Reino». E continua o mesmo cronista: — «O título foi de honra, a mercê cheia de perigo. Assim o chegar à Prelazia foi um nascer e morrer, quase tudo junto». ⁽⁵⁾

D. Frei Sebastião da Ascensão recebeu a ordenação episcopal em Lisboa, na igreja de S. Domingos, no dia 26 de Junho de 1611, presidindo à celebração o arcebispo D. Miguel de Castro, assistido por D. Frei Cristóvão da Fonseca, trinitário, bispo de Nicomedia, e D. Frei Jerónimo de Gouveia, franciscano, bispo de Ceuta. Entretanto, dois factos iriam acontecer, antes de o prelado se ausentar para Cabo Verde: o primeiro refere-se a sua irmã e o outro a sua mãe.

Soror Catarina dos Mártires continuava em Aveiro, impedida de receber o véu preto de freira do coro, apesar de o irmão querer aumentar-lhe o dote. Tudo, porém, ia correndo normalmente até que, em dada altura, o bispo ou a religiosa ou os dois começaram a intervir junto da priora, D. Joana dos Santos — que se supõe ser Joana Henriques, de Aveiro ⁽⁶⁾ — para que a conversa ascendesse à posição superior. A priora resistiu, com o fim de evitar possíveis transtornos disciplinares na comunidade. Insistiu também o prior do vizinho Convento da Misericórdia, como vigário do Mosteiro de Jesus, talvez acompanhado pelo provincial. A priora e a comunidade teimaram na negativa; o prelado regular não se conformou e depôs a priora. Esta, contudo, apelou para o Conselho de Estado do Reino e para o Papa; aquele, mais expedito, mandou-a restituir ao seu lugar — o que provocou festas públicas em Aveiro. ⁽⁷⁾



BRASÃO EPISCOPAL DE D. FREI SEBASTIÃO DA ASCENSÃO
Na capela de Nossa Senhora da Ribeira (1611).

A situação de Soror Catarina tornou-se então precária. Algumas irmãs começaram a tratá-la com despresos, afrontas e injúrias, dizendo-lhe abertamente não ser merecedora daquilo que o irmão pretendia para ela. A religiosa, apesar de tudo, mantinha-se inalterável na sua conduta; em silêncio e com calma, suportava tais contratempos que provinham de quem, até agora, a admirava. Orando aos pés de um Crucifixo, era tão grande o seu fervor que, certa vez, julgou que a imagem de Cristo despregara um dos braços e a cingira, como animando-a ao combate e certificando-a da vitória; ficou como que extática... e assim a encontraram.

Nessa ocasião, por iniciativa de Frei João de Portugal, irmão do conde de Vimioso, fundava-se em Lisboa o Convento do Sacramento; foi em 9 de Julho de 1607. Provisoriamente o novo cenóbio dominicano ficava instalado junto ao Postigo do Arcebispo, em S. Vicente de Fora, donde, em Setembro de 1612, passaria definitivamente para Alcântara. O vigário alcançara do mesere-geral a autorização de escolher, nos diversos conventos da Ordem, algumas candidatas à estrita observância, que ele projectava para o Sacramento. Decerto que D. Frei Sebastião interveio em favor da irmã, quer junto do Frei João de Portugal, quer pelo provincial, quer pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro,

que fora seu sagrante e era tio da fundadora e primeira priora do novo Convento — Soror Isabel de Jesus.

Fosse como fosse, Soror Catarina dos Mártires deixou Aveiro e transitou para o Convento do Sacramento, como freira de véu preto, continuando a testemunhar penitência, virtude, oração e caridade; chegou mesmo a pedir esmola, fazendo-o de tal forma que raramente deixava de ser atendida. «Humilde e obediente, não houve ocupação de trabalho a que não satisfizesse; mas o gosto e alegria ainda excediam a pontualidade» — escreveu dela Frei Lucas de Santa Catarina. ⁽⁸⁾

Achava-se já abatida pelos anos e pelo consaço, quando uma cruel enfermidade veio exercitar mais a sua paciência. Esteve entevada durante cinco meses, resignando-se nos sofrimentos e emudecendo-se nas queixas. Certa ocasião, acordou de manhã muito alegre e anunciou que, no dia seguinte, acabaria a sua peregrinação sobre a terra; a Virgem do Rosário, de quem era muito devota, dissera-lhe isso mesmo em sonhos. Recebidos os sacramentos e feitas as despedidas, faleceu em 14 de Setembro de 1626.

O outro facto relevante na vida do prelado, que cronologicamente se deu antes da saída para Cabo Verde, é deveras enternecedor.

Transmite-nos a tradição que D. Frei Sebastião da Ascensão, já ordenado bispo, voltou ao Convento de Aveiro. Depois, acompanhado de alguns religiosos e demais comitiva, quis ir à terra natal para procurar a mãe viúva. Pondo-se a caminho, foi encontrá-la a apascentar um pequeno rebanho.

O filho, antes de se dar a conhecer, pediu-lhe ceia e dormida; a pobre senhora — continua a informar a tradição local — respondeu que, na sua miséria, não possuía mais do que uma pequena quantidade de farinha para umas papas e que não tinha onde pudesse dar pousada. D. Frei Sebastião, que há muito não via a mãe, disse-lhe quem era e, sobretudo, contou-lhe que



CAPELA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA
Covais — Pinheiro da Bemposta.

fora escolhido para bispo de Cabo Verde, que vinha levá-la para um convento onde ficasse recolhida e que resolvera mandar cumprir o desejo ou a promessa que ela fizera noutros tempos: construir uma capela em honra de Nossa Senhora, se o filho fosse sacerdote.

De facto, é desse ano de 1611 a ermida que se encontra junto à Ribeira dos Covais, da freguesia do Pinheiro da Bemposta, num sítio umbroso, solitário e bucólico, precisamente onde começa a parte plana daquele riacho que, após pouco mais de um quilómetro, vai desaguar no Antuã, perto da povoação da Minhoiteira. Foi — e continua a ser — um centro devocional da região; a história da sua fundação é contada num letreiro, gravado em pedra, no interior da capela. Aqui se erguia antes um outro templo; reportando-nos ainda à tradição local, não documentada, aí mesmo se implantara a primeira matriz, edificada nos recuados tempos da Reconquista Cristã, cuja acção se alargava por uma área que hoje é de sete freguesias.

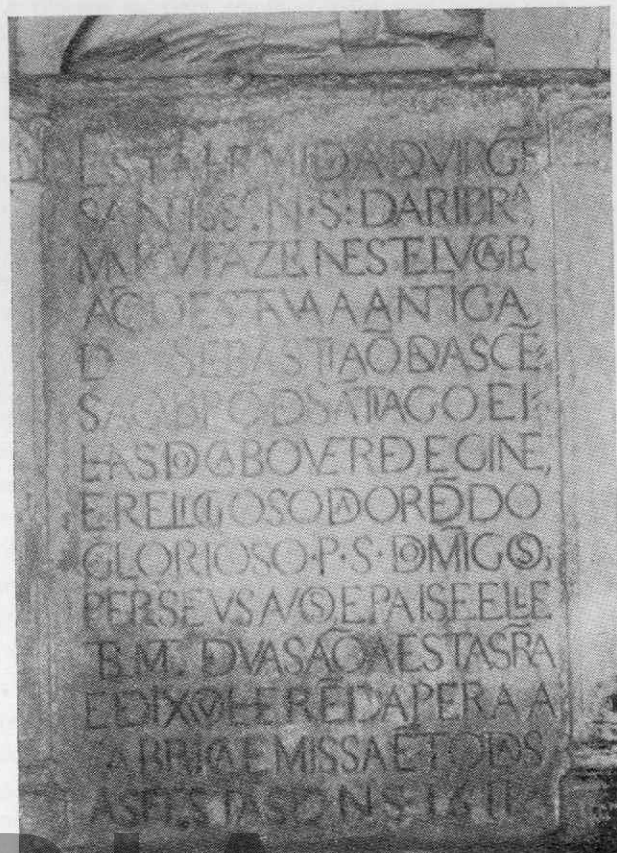
A actual capela, em que teve sede a Confraria de Nossa Senhora das Candeias, compõe-se de alpendre, corpo e santuário. Na sua construção usaram calcário de Ançã não só nos cunhais, na cimalha, na porta, no pequeno óculo e nas frestas, mas também nos degraus dos altares, no arco-cruzeiro, no beneditério, nos retábulos e nas imagens. Todo o conjunto artístico, agradavelmente harmónico, pertence ao Renascimento Coimbrão decadente, excepção feita à imagem da Titular — Nossa Senhora da Ribeira — que é do segundo terço do século XVI e se atribui ao próprio mestre João de Ruão.

Acima da porta, de lintel e cornija, assenta um pequeno nicho lítico, com a escultura de Santa Catarina de Sena, numa clara alusão evocativa à irmã do fundador, que ele muito estimava. Por baixo, na verga, lê-se o milésimo 1611.

O retábulo principal compõe-se de duas ordens, cada qual com quatro pilastras, decoradas de pendurados, formando três espaços, sendo os de cima preenchidos por três nichos e os de baixo por uma placa de relevo ao centro e dois nichos laterais. Todos os ornamentos são próprios do estilo mondeganho.

No corpo inferior, o relevo representa a Visitação, só com a Virgem e Isabel; nos nichos estão figurados o «Doutor Angélico» S. Tomás de Aquino e o proto-mártir dominicano S. Pedro de Verona; no corpo superior, os nichos laterais são ocupados por S. Domingos de Gusmão, o fundador da Ordem dos Pregadores, e S. Gonçalo de Amarante, e o central ostenta Nossa Senhora da Ribeira — uma imagem da Virgem com o Menino Jesus, cuja delicadeza e perfeição denotam logo uma boa origem.

Nos espaços laterais, fora do retábulo, há duas estátuas na mesma pedra, de joelhos e com as mãos



INSCRIÇÃO LÍTICA NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA

postas, voltadas para as figuras dominantes do conjunto: à direita, o bispo fundador, vestido de dominicano, com o anel episcopal no polegar da mão direita e com a mitra pousada no chão, à sua frente; à esquerda, uma estátua de mulher, vestida de dominicana, que a tradição afirma representar a mãe de D. Frei Sebastião da Ascensão.

Sob as estátuas encontram-se dois elementos de interesse. De um lado, foi gravada a seguinte inscrição, com abreviaturas, letras inclusas e geminadas:

ESTA HERMIDA DA VIRGĒ
SANTISS(IM)A N. S. DA RIB(EI)RA,
MANDOV FAZER NESTE LVGAR
AÕDE ESTAVA A ANTIGA
D. F. SEBASTIAÕ DA ASCĒ-
SAÕ B(IS)PO DE SÁTIAGO E I-
LHAS DO CABO VERDE E GINE,
E RELIGIOSO DA ORDĒ DO
GLORIOSO P. S. DOMIGOS,
PER SEVS AVOS, E PAIS, E ELLE
TER M(VI)TA DEVASAÕ A ESTA S(ENO)RA
E DEIXOVLHE RĒDA PERA A
FABRICA, E MISSA Ē TODAS
AS FESTAS DE N. S. — 1611 A.

No outro lado, esculpiram o brasão dominicano com os símbolos episcopais: cruz florida, uma bordadura, oito estrelas de seis pontas, chapéu e borlas de três séries.

Os dois retábulos colaterais, no corpo da capela, são da mesma época do principal e reduzem-se, cada qual, a um nicho, ladeado de pilastras decoradas de pendurados, basamento com larga cartela, entablamento simples e remate de concha. O da esquerda é dedicado ao Apóstolo Santo André (suponho que também para evocar o pai do fundador) e o da esquerda foi reservado ao Mártir S. Sebastião, o santo onomástico do bispo de Cabo Verde.

Todos os restantes espaços são panos de parede vulgar, que mais fazem realçar os elementos trabalhados na pedra.

Desta forma, impulsionado pelo carinho filial para com sua mãe, D. Frei Sebastião da Ascensão venerou sobretudo a Mãe de Deus com uma ermida que ainda hoje perdura. Oxalá que os seus conterrâneos de agora e outrossim os que são amigos da sua terra e do seu património se interessassem por este templo histórico



IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA
No retábulo da sua capela.

e artístico e lhe prestassem os urgentes cuidados de conservação.

O novo prelado de S. Tiago de Cabo Verde e Guiné, desobrigado destes deveres de consciência, logo partiu para a sua Diocese, de que tomou posse em Novembro de 1612. Pouco tempo decorrido, fez uma visita pastoral ao vasto território, disseminado pelo arquipélago e pela zona continental da Guiné; este trabalho pastoral não deixaria de lhe danificar a saúde.

Em 9 de Novembro de 1613, conseguiu de el-rei um alvará para se pagar a cóngrua dos bispos e dos clérigos com os rendimentos dos dízimos das ilhas; o que faltasse seria coberto com os direitos dos navios que aportassem nas mesmas ilhas.

Ao mesmo tempo, procedeu a possíveis reformas no Cabido e nos estudos eclesiásticos, e tratou de evitar abusos e de corrigir erros. «Varão verdadeiramente apostólico, insigne em virtudes, célebre em letras» — assim o definiu Frei Lucas de Santa Catarina, que também ousou escrever: — «Acabou pelos anos de 1614, sacrificando a vida ao Instituto Evangélico, com que, querendo desterrar abusos e castigar erros, concitou contra si a obstinação dos compreendidos que, dissimulando a vingança em um veneno, lavraram a coroa e seu zelo apostólico». (?)

Faleceu com fama de muito virtuoso; os seus restos mortais foram sepultados, em campa rasa, na igreja de Nossa Senhora do Desterro, por impedimento da sé. Mais tarde, graças à determinação de D. Frei Lourenço Garro, bispo de Cabo Verde entre 1627 e 1646, foram trasladados definitivamente para a igreja de Nossa Senhora do Rosário — que então era a sé, na cidade da Ribeira Grande — junto ao altar de S. Sebastião. Colocaram aí o seguinte epitáfio: — AQUI JAZ D. FREI SEBASTIÃO DA ASCENSÃO, SÉPTIMO BISPO DESTAS ILHAS E QUE FALECEU EM 18 DE MARÇO DE 1614.

Estas palavras são uma mera lembrança de alguém que, na vida, dignificou a sua terra e foi testemunho do Evangelho de Cristo e do nome de Portugal nas ilhas africanas de Cabo Verde. Nasceu no Curval, fez-se homem em Aveiro, no Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, onde cresceu em idade, sabedoria e virtude; aqui formou o seu espírito e o seu carácter e enriqueceu-se com hábitos de trabalho e de coerência. D. Frei Sebastião da Ascensão bem se pode considerar como um aveirense ilustre e merecedor desta evocação. Justo é que o contemos como um dos nossos notáveis, que deixou bem vincado o rasto da sua passagem.

NOTAS

- (1) — Crónica de D. João I, Vol. II, cap. CXV. Diplomas assinados por D. João I no Curval: — Doação da Terra de Aguilar de Sousa a Pero Lourenço de Távora (3-7-1387); Devolução ao conde D. Gonçalo das terras que tivera em tempo de el-rei D. Fernando (7-7-1387); Carta de guarda e encomenda ao abade e mosteiro de Cucuiães (10-7-1387); Apresentação de um clérigo na igreja de S. Salvador de Regufe (12-7-1387); Apresentação de um clérigo na Igreja de S. Pedro de Penalva (15-7-1387); Apresentação de um clérigo na Igreja de Santa Maria de Ferreira (17-7-1387).
- (2) — MIGUEL ELISIO DE CASTRO, Paços do Curval, em «Arquivo do Distrito de Aveiro», XXXVII, 1971, pgs. 24-37.
- (3) — Vd. FREI LUCAS DE SANTA CATARINA, em História de S. Domingos, IV Parte, Livro III, cap. XIII; Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses, public. por FRANCISCO FERREIRA NEVES em «Arquivo do Distrito de Aveiro», XXI, 1955, especialmente pg. 109.
- (4) — PATRÍCIO GAUCHAT, Hierarchia Catholica Medii et Recentioris Aevi, Tomo IV, Monasterii, 1935, pg. 206.
- (5) — História de S. Domingos, II Parte, Livro III, cap. XII.
- (6) — Vd. Genealogias cit., pg. cit.
- (7) — Ibid.
- (8) — História de S. Domingos, IV Parte, Livro III, cap. XIII.
- (9) — História de S. Domingos, IV Parte, Livro III, Apêndice (Catálogo dos Arcebispos e Bispos).

BIBLIOGRAFIA

- FREI LUIS DE SOUSA, História de S. Domingos, II Parte, Livro III, cap. XII.
- FREI LUCAS DE SANTA CATARINA, História de S. Domingos, IV Parte, Livro III, cap. XIII; Livro IV, Apêndice.
- CRISTIANO JOSÉ DE SENA BARCELOS, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, Lisboa, 1899.
- Anaes do Município de Oliveira de Azeméis, Porto, 1909, pgs. 170 e segs.
- RANGEL DE QUADROS, Aveirenses Notáveis, I, fls. 135 - 139; Aveirenses Notáveis — Manuscrito, II, fls. 103 e 137 - 140.
- DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, O Mosteiro de Jesus de Aveiro, I, Lisboa, 1963, pgs. 156 - 158.
- FORTUNATO DE ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, 2.ª edição, II Volume, Porto, 1968, pgs. 24 e 685.
- Arquivo do Distrito de Aveiro — XXI, 1955; XXX a XXXIV, 1964 a 1968 (especialmente XXXIV, pgs. 134 - 135); XXXVII, 1971.



LOCALIZAÇÃO DO CURVAL E DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA.

Misericórdia de Aveiro

—Dois Mestres de Azulejaria no século XVII

Amaro Neves

Vai finalmente ser publicado o livro «Azulejaria Antiga em Aveiro» vencidas algumas dificuldades que se arrastaram por cerca de ano e meio.

Preparado, em princípio, para integrar colecção de estudos de arte da Universidade de Coimbra (por não haver, ainda, na Universidade de Aveiro estudos superiores desta área científica), optámos, posteriormente, por assumir todos os encargos inerentes à sua publicação, por entendermos que cada região deve dispôr de meios que lhe permitam defender o seu património cultural sem ter que mendigar fóra, os apoios que dentro não deveriam faltar. E isto porque nenhum outro valor é mais precioso do que aqueles que efectivamente marcam a evolução histórica das gentes que aí habitam.

Ora, para se poder defender e valorizar qualquer produção artística — neste caso, a **azulejaria antiga** — é preciso saber primeiramente o que existe, o que representa, a respectiva qualidade, as relações provavelmente existentes entre os mestres azulejadores, os condicionamentos económicos e políticos, as fábricas e seus obreiros, técnicas e períodos de fabrico, etc., etc.

Atendendo a que temos provas, geralmente aceites pelos críticos de arte — em documentos escritos e em materiais — de que em Aveiro foi fabricado azulejo pelo século XV e na viragem para Quinhentos, quando foram raros os centros nacionais que o produziram, (o que não surpreende se tivermos em conta que pela produção artística da cerâmica aveirense se avaliava a alta qualidade do labor cerâmico nacional — veja-se sobre o assunto, **A Cerâmica Portuguesa** de José Queirós) pareceu-nos ser do maior interesse esta publicação como contributo para o estudo da Cerâmica, em Aveiro, e em particular do azulejo, até ao final da 1.ª Guerra Mundial.

E se preferimos «Azulejaria Antiga em Aveiro» e não **de Aveiro** é porque, mais propriamente, a grande maioria da produção do século XVII e XVIII proveio de centros mais evoluídos nas artes, como Lisboa e Coimbra.



Igreja da Misericórdia, em Aveiro.

E mesmo pelos séculos XIX/XX, nem toda aqui foi produzida, embora a situação se tenha alterado, em especial pela qualidade e quantidade da Fábrica da Fonte Nova e, posteriormente, da dos Santos Mártires — Aleluia, como que readquirindo o lugar de prestígio que as artes cerâmicas aveirenses haviam alcançado no século XVI.

Ao longo destes séculos — e apesar de tudo é ainda significativa essa produção antiga, actualmente



Sacristia da Misericórdia, revestida a azulejo aplicada em 1652.

existente — quase sempre se ignoram, por falta de informação quais os mestres que a produziram e até, em geral, a proveniência, o custo da obra, a quantidade do material, a forma de transporte...

Mas como essas obras ficavam caras, em muitos dos casos havia contabilidade organizada, registos para prestar contas aos serviços régios e aos beneméritos, informações para uso das comunidades religiosas, etc.

Como Aveiro mais não era, ao longo do século XIX e princípios do século XX, do que uma pequena cidade em recuperação da crise em que mergulhara pelos séculos XVII e XVIII (com o fecho da barra acentuou-se a regressão populacional até chegar a cerca de 3 500 habitantes pelos fins deste século quando, cerca de 1570/80 tinha à volta de 13 500!) os diferentes Governos liberais e republicanos, tanto na sequência da extinção das ordens religiosas (1834) como mais tarde na 1.ª República, ao mandarem recolher as documentações do Porto, Lisboa e Coimbra ou alienar bens, muitas «papeladas» importantes se foram perdendo (para o que também contribuíram alguns grandes incêndios nas casas conventuais, e, bem assim, no próprio Governo Civil) e assim, também, muitas das preciosas informações sobre as Obras que decorreram, etc., etc..

Apesar de tudo, felizmente, não saíram da cidade os documentos da Misericórdia de Aveiro, que são um precioso manancial de informações sobre aspectos diversos da região aveirense (e, certamente de outras regiões) e encontram-se agora, novamente integrados na casa-mãe — casa do Despacho, Igreja e outras dependências — levantada entre 1600 - 1660. (Refira-se, a propósito, que essas «papeladas» andaram durante anos esquecidas da instituição, agravada com as alterações de 1974. Num esforço de «cabouqueiro» encontrámo-las num velho sótão do antigo Hospital e durante aproximadamente dois anos, fomos recuperando, de lixos diversos e pestilentos, com ninhadas de roedores à mistura e uma montanha de restos de diversas secretárias hospitalares e outros, para além dos dispersos em mãos diferentes, quase tudo o que havia. Esse esforço, inteiramente gratuito e sem qualquer apoio, era bom que agora que o «arquivo» voltou à casa-mãe, fosse devidamente ordenado e criteriosamente estudado.

Mesmo assim, nessa documentação, conforme referimos em «Azulejaria Antiga em Aveiro», a páginas 57 e seguintes, se pode comprovar a existência de dois grandes nomes de mestres azulejadores, na Misericórdia de Aveiro, no século XVII.

Um deles, Matias Fragoso, foi outrora objecto de reflexão por parte de Alberto Souto que «procurando lançar luz sobre aspectos da arte da região de certo modo desconhecidos e, conseqüentemente, não valorizados, transcreve uma Acta de 28 de Janeiro de 1607, constante em livro do Arquivo da Misericórdia, segundo a qual foi «por todos assentado que a nossa casa da Misericórdia se forrassse toda por dentro de azulejos para o que foi logo chamado Matias Fragoso, de Lisboa, que estava na cidade de Coimbra e era mestre de ladrilhos e com o qual se contratou fazer cada braça de azulejos e à sua custa assentados, sendo cada braça de dez palmos de quadrado, do mesmo feitio do de S. Cruz de Coimbra, de côr, branco e verde, pelo preço de dez cruzados.» E Matias Fragoso assinou.



Lavatório da Sacristia (1652).

[illegible]

Até aqui, tudo bem. Mas Alberto Souto, comentando tão importante achega para a história da Arte, acrescentou: «Alguns desses azulejos brancos e verdes, do princípio do século XVII, ainda se podem ver não só na Misericórdia mas também no Claustro e na Casa do Capítulo do antigo Convento de Jesus, hoje Museu Regional».

Ora, com base nesta interpretação que não nos parece, de verdade, muito correcta, uma vez que são muito diferentes uns dos outros, até quanto à qualidade do fabrico — embora uns e outros fabricados em olarias aveirenses — Nogueira Gonçalves e Santos Simões chegam a admitir que os azulejos, a que se refere a acta, talvez tivessem desaparecido ou, como sugere este último autor, que se não tivesse cumprido o contrato. E esta é efectivamente a verdade. O contrato de 1607 não foi cumprido e Alberto Souto devia tê-lo dito, pois, ao lado da acta, em apontamento lateral que lhe deve ter escapado, se pode ler «não teve efeito».

Que razões o terão determinado é assunto que ignoramos, mas é admissível que tenha havido entendimento entre as partes interessadas para adiamento da obra, já que o mesmo mestre azulejador volta a Aveiro e à Misericórdia, em princípios de 1609. Talvez a obra estivesse ligeiramente atrasada... por falta de rendimentos e apoios da Governação!

Então, Matias Fragoso, declara-se «m.or em Lxª ora estante em sernache dos alhos mestre de asentar azulejos» e que aqui voltou, chamado pelo provedor e mais irmãos da Mesa, «pª lhe fazer dazulleyos os baixos da casa do despacho da casa nova quatro palmos ou o q for nasasarjo do sobrado asjma» e com a obrigação de fazer obra séria «muy ben lladrylhada e sem nenhuma falta».

Quanto ao pagamento, nem mais nem menos, o mestre pede que lhe seja dado «pla brasa do dito ladrilho tanto q.to me deu o snor bispo de coimbra na obra q lhe eu fiz no mostrº novo de Santa Ana de Coynbra pª o q vjram asento seu». (58)

O material a aplicar, a qualidade e o respectivo prazo também constam do contrato — «azulleyo verde e brãoqo q seja bõ E...(?) E labores E tudo acabado ate dia de ramos da coresma q vem (59)» quando o contrato é de 4 de Janeiro.

E imediatamente começou o trabalho tanto mais que, conforme ele declara, «à conta da dita Reseby llogo ao fazer desta obrigação do dito provedor fr.co Cesar vjnte mill rs.».

E se havia exigência de material de boa qualidade e bem aplicado, a verdade é que Matias Fragoso fez por cumprir. Não podemos garantir que a obra do contrato estivesse ladrilhada na páscoa desse ano, mas, atendendo à importância que a semana santa tinha nas festas litúrgicas da Santa Casa e da «notável vila de



Pormenor do sihar superior, também da Sacristia (1652).

Aveiro», pensamos que, se tal não fosse cumprido, transparecia na escrita da Misericórdia. Mas, ao levantarmos esta questão, pretendemos responder a uma dúvida nossa. Matias Fragoso assinou alguns pagamentos em Maio desse ano. Decorriam ainda as obras de aplicação do azulejo nessa altura? Ter-se-ia alargado o âmbito do contrato à igreja? Não terão sido aplicados outros azulejos que vieram a desaparecer com as obras da sacristia e da capela-mor?

Como explicar também a existência de diferentes padrões de azulejaria seiscentista em alguns remendos do corpo da igreja?

Do que não há dúvida é que Matias Fragoso recebeu avultada quantia para a época, cujo total atingiu os trinta e sete mil e seiscentos reis — «soma q tem recebdo matias fragoso mestre dos azulleyos e lladrihos...» e não parece provável que fosse só dos «baixos» da Casa do Despacho por acharmos que não era trabalho para demorar cinco meses. Depois, no contrato, fala-se de fazer o que fosse necessário, incluindo azulejo de labores que outra coisa não é que essa azulejaria repetitiva de padrões polícromos.

Acresce ainda que deste tipo de azulejos, nesta época, raros são os centros que o produzem. Certamente de Lisboa veio o mestre e a mercadoria, aplicada com a mestria que na referida igreja se testemunha. Quanto à hipótese de ter sido Matias Fragoso a azule-

jar o corpo da igreja refira-se que por um lado, o arquitecto Gregório Lourenço não voltou a ter contas com a Misericórdia de Aveiro depois de 1607 e que o corpo da igreja estava bastante adiantado ou mesmo em fase de conclusão por 1609, tendo sido colocada a cruz no alto da frontaria em 1610.

Quanto aos da sacristia, estes compõem-se de dois corpos distintos: os da parte inferior formam padrão de rosetas bem desenvolvidas, adornadas de decoração floral profusa; os da parte superior, mais leves e finos, apresentam padrão pouco vulgar que evolui em linhas ondulantes, graciosamente, encerrando em si florões de

recem diversas referências ao tijolo e ladrilho aplicado na capela-mor que então andava em obras:

— «Tirouse Pera pagam.to de sinquo milheiros de azuleio que veio da sidade de Lxª a outo mil res o milheiro Em Lxª Em que se momtam corenta mil Res o coal he pª a sancrestia da dita casa...»

— «Tirouse Pera pagam.to de vinte e sinquo seiras Em que veio o ditto azuleio...»

— «Tirouse Pera pagam.to dos marnotos que acaretarão o azuleio a Carabela...»



Casa do Despacho (Misericórdia) — aspecto em 1983, com os restantes azulejos aplicados em 1609.

belo efeito que no seu conjunto lembram os tapetes de feição oriental.

É uma bela quadra de policromia azulejar, em que as peças foram bem aplicadas aos espaços livres da arquitectura demonstrando a categoria dos mestres de azulejaria, atingida pelos meados de Seiscentos. Como curiosidade, dentro do armário se desenvolvem os padrões da altura respectiva: na parte inferior, um pequeno painel de 4×4 e $2/2$, enquanto na superior o revestimento é de: 4 e $2/2 \times 3$, seguindo o padrão das finas linhas ondulantes.

Acerca destes, mais do que relatos, transcrevemos pequenas passagens dos apontamentos constantes na documentação da Santa Casa da Misericórdia relativos às obras aqui realizadas em 1652, onde também apa-

...aos homens que «o arumarão nas seiras E enlearão...»

«...das cordas com que vinha enleado»...

— «pa pagam.to da barca que foj a Carabela a nossa Senhora das areias a buscar o azuleio...e a quem o aCaretou Em padiolos da barca a Casa da mis...»

— «Tirouse em quatorze de o.bro pª o mestre jº Rois ladrilhador de azulleyo de asentar o da sancristia q são quatro mil e sem azuleyos a simquo mil res q faz soma de v.te mil quinhentos res q o ditto jº Rois Recebeo e asinou de como os Recebeo».

Em conclusão, mais um mestre de azulejaria entra nós, com boa obra vinda de Lisboa. Recebeu quase

metade do que Matias Fragoso tinha recebido, quarenta e tal anos antes. Podem comparar-se os trabalhos e a quantidade do azulejo. Mas o material ficava caro... para chegar cá.

A barra estava praticamente fechada, embora entrassem barcos pela Vagueira. Nem todos arriscavam e havia outra entrada junto a Nª Senhora das Areias, em S. Jacinto!

Em suma, dois grandes mestres na azulejaria da Misericórdia: Matias Fragoso e João Rodrigues (Roiz).»

NOTA — As diversas citações de documentos são, na obra referida, devidamente identificadas com os n.ºs 55 a 61 e para esta obra se remetem os interessados. Aqui, como facilmente se compreende, trata-se apenas de citação conjunta com o objectivo de divulgar dois mestres azulejadores, em Aveiro e, consequentemente, alertar para o grande interesse artístico deste conjunto que com a Igreja de Santo André, em Esgueira, são dos melhores a nível nacional.

bib**RIA**

bibRIA

NA CAPA:

- 1 — Igreja de Urrô — Arouca
- 2 — Homem do Leme — Gesso de Américo Gomes
Museu de Ilhavo

Sumário

	Página
★ Aveiro e a Cultura — Um Futuro Possível	3
Aristides Hall	
★ O «Buzio Mirence» — Um Manuscrito do Poeta Bingre	10
Artur Jorge Almeida	
★ Bloqueio pelos Gelos	17
Pelo Comandante Asdrúbal Capote Telga	
★ De Aveiro até Cabo Verde	21
Por João Gonçalves Gaspar	
★ Misericórdia de Aveiro — Dois Mestres de Azulejaria no Século XVII	27
Amaro Neves	

LEGENDA
ESTRADAS NACIONAIS
ESTRADAS NACIONAIS
ESTRADAS NACIONAIS
ESTRADAS NACIONAIS
LIMITE DE COINTELA
LIMITE DE COINTELA